



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG  
COMPANHIA ABERTA

CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2016, às 11 horas, na sede social, na Avenida Barbacena, 1.200, 21º andar, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- 1- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;
- 2- destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$2.491.375 mil, e do saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$59.536 mil;
- 3- definição da forma e data do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$633.968 mil;
- 4- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato, e fixação da sua remuneração;
- 5- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato;
- 6- fixação da remuneração dos Administradores da Companhia;
- 7- orientação do voto do(s) representante(s) da Companhia na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Distribuição S.A., a realizar-se até 29-04-2016, quanto às seguintes matérias:
  - a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;
  - b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$370.209 mil;
  - c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$92.552 mil;
  - d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,

- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato;
- 8- orientação do voto do(s) representante(s) da Companhia na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A., a realizar-se até 29-04-2016, quanto às seguintes matérias:
- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;
  - b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$2.337.663 mil, e do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$47.761 mil;
  - c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$635.407 mil;
  - d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
  - e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato.

Na forma do artigo 3º da Instrução CVM nº 165, de 11-12-1991, alterada pela Instrução CVM nº 282, de 26-06-1998 e posteriores alterações, o percentual mínimo para que seja requerida a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto.

O acionista que desejar representar-se nas referidas Assembleias Gerais deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato, ou depositando, preferencialmente até 27 de abril de 2016, os comprovantes de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Cemig, na Av. Barbacena, 1200, 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Belo Horizonte 28 de março de 2016.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

## **PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, ATÉ 29 DE ABRIL DE 2016.**

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

Considerando:

- a) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e os artigos 27 a 31 do Estatuto Social;
- b) as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, com apresentação de Lucro Líquido de R\$2.491.375 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$59.536 mil, decorrente de realização de Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- c) que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- d) o §4º do artigo 202 da citada Lei 6.404, que determina que o dividendo previsto no Estatuto “não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia”;
- e) o §5º do artigo 202 da mesma Lei, que determina que “os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia”;
- f) que as projeções de fluxo de caixa de 2016 indicam a limitação de recursos da Companhia para pagar em 2016 os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto referentes ao exercício de 2015;
- g) que a Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. são subsidiárias integrais da Companhia e deverão realizar Assembleia Geral Ordinária até 29-04-2016; e,
- h) que o artigo 21, § 4º, alínea “g”, do Estatuto Social da Cemig dispõe: “Artigo 21 - ... Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias: ... g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;”;

vem propor a V. Sas.:

I) que ao Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.491.375 mil, e ao saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$59.536 mil, seja dada a seguinte destinação:

a) R\$633.968 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:

1- R\$200.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-088/2015, de 17-12-2015, e CRD-432/2015, de 04-01-2016, a serem pagos em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2016 e a segunda até 30-12-2016, cabendo à Diretoria Executiva observar os prazos, determinar os locais e os processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, fazendo jus os acionistas que tiveram seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 30-12-2015. As ações passaram a ser negociadas ex-direitos em 04-01-2016; e,

2- R\$433.968 mil na forma de dividendos de 2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

b) R\$633.967 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;

c) R\$1.262.280 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital; e,

d) R\$20.696 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Os pagamentos dos dividendos serão realizados até 30-12-2016, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

O Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2016; e,

II) que o(s) representante(s) da Companhia na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Distribuição S.A. e na Assembleia Geral Ordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A., ambas a realizarem-se até 29-04-2016, vote(m) favoravelmente às matérias da pauta, ou seja:

Cemig D:

a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;

b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$370.209 mil;

c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$92.552 mil;

- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato;

Cemig GT:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$2.337.663 mil, e do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$47.761 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$635.407 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

José Pais Rangel

Mauro Borges Lemos

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Allan Kardec de Melo Ferreira

Nelson José Hubner Moreira

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Eduardo Borges de Andrade

Ricardo Coutinho de Sena

Guy Maria Villela Paschoal

Saulo Alves Pereira Junior

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Ricardo Wagner Righi de Toledo

José Henrique Maia

## ÍNDICE DOS ANEXOS

- Anexo 1 – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência**
- Anexo 2 – Parecer dos Auditores Independentes**
- Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**
- Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO/E**
- Anexo 5 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2015**
- Anexo 6 – Orçamento de Capital**
- Anexo 7 – Informações relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador - (Itens 12.5 a 12.10 do FRE)**
- Anexo 8 – Informações indicadas no item 13 do FRE - Remuneração dos administradores**

## Anexo 1

### **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2015 foi de grandes desafios. Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocorreu uma pressão sobre o caixa das empresas distribuidoras do setor de energia elétrica no Brasil, considerando o alto preço da energia no mercado atacadista de energia. Também no setor de geração de energia, ocorreu uma menor geração de caixa em função da redução no fator de geração, principalmente no segundo semestre de 2015.

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos gerar um lucro em 2015 de R\$ 2.492 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$3.137 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 20,56%. Comparando o ano de 2014 com o de 2013, cujo lucro apurado foi de R\$ 3.104 milhões, temos um aumento de 1,06%.

Essa variação no resultado decorre basicamente da menor receita de venda de energia no negócio de geração em função da redução da geração de energia em 2015 decorrente do baixo nível dos reservatórios e a consequente utilização das térmicas para atendimento ao sistema.

Na área de distribuição, destacam-se os investimentos realizados em 2015, de R\$957 milhões, o que demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de prover energia de qualidade aos nossos 8 milhões de consumidores no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à nossa estrutura de endividamento, deve ser ressaltado que o endividamento bruto da Companhia somente apresentou crescimento no ano em função dos recursos captados no 4º trimestre do ano para cobrir o pagamento, em janeiro de 2016, da outorga referente ao leilão de geração vencido pela Companhia, não afetando, portanto, o endividamento líquido. A dívida contraída para investimento será compensada pela geração de caixa dos empreendimentos. Dessa forma, temos um montante de dívida relevante com vencimento para 2016, mas que já está sendo objeto de negociação com as instituições financeiras e com perspectivas muito positivas de rolagem, com novos prazos de vencimento no longo prazo, criando mais liquidez para a Companhia e menor pressão no seu caixa

Em 31 de dezembro de 2015, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”), 25,76% do total, e CDI, com 70,71% do total. A companhia não tem exposição relevante em moedas estrangeiras, tendo em vista que as suas receitas são basicamente corrigidas pelos índices de inflação.

O endividamento líquido da Companhia em relação a geração de caixa medida pelo Lajida atingiu a 2,87 em 2015 na comparação ao índice de 1,98 em 2014. Esse resultado é decorrente basicamente da menor geração de caixa em 2015 adicionado ao crescimento da dívida para pagamento da outorga do leilão de geração, conforme já mencionado neste relatório.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

Em dezembro de 2015, vencemos o lote D do leilão de usinas de geração de energia promovido pelo Ministério das Minas e Energia, o que permitirá à Cemig continuar a operar, pelos próximos 30 anos, as 13 usinas que tiveram os contratos de concessão vencidos em 2015. Nesse lote, destacamos as hidrelétricas de Três Marias, Salto Grande, Itutinga e Camargos, e ainda outras 5 usinas de pequeno porte que não eram antes operadas pela Companhia.

Deve-se destacar que a operação dessas usinas traz uma potência instalada no nosso portfólio de geração de 700 MW, com receitas adicionais anuais de R\$ 500 milhões.

Esses investimentos relevantes que a Cemig vem fazendo se refletem nos indicadores de qualidade e satisfação dos nossos clientes. Em 2015, atendemos aos indicadores regulatórios que medem a frequência e duração das interrupções de energia e também conquistamos o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, o que é motivo de orgulho para nós.

Estamos conscientes da importância de melhorarmos a nossa eficiência operacional, principalmente no atual cenário econômico, e temos a meta desafiadora e prioritária de ajustar nossos custos aos limites estabelecidos na regulação do setor, mas sem prejudicar a qualidade da prestação dos serviços aos clientes da Cemig.

No próximo ano, sabemos que os desafios continuarão presentes. Apesar de podermos prever um cenário de baixa demanda de energia elétrica, com redução nos preços de venda da energia, estamos preparados para lidar com esse momento de incerteza e instabilidade, com a convicção de que nossas ações garantirão a sustentabilidade das nossas operações e o retorno adequado do investimento e confiança depositado pelos acionistas da Companhia.

Temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e demais partes interessadas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

## **b. Estrutura de capital**

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento de R\$ 15.167 milhões, sendo 42% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 58% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, por um endividamento de R\$ 13,51 bilhões, sendo 39% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 61% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da companhia contemplava um endividamento de R\$9,46 bilhões, sendo 24% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. O aumento da dívida de curto prazo deveu-se basicamente a mudanças de mercado.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 12.999 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 11.732 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 11.285 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 11.610 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$12.638 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.232 milhões.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento líquido e o Patrimônio Líquido. Outra forma de demonstrar o endividamento é através da

estrutura de capital, proporção entre capitais próprios e de terceiros. A tabela abaixo demonstra o nível de alavancagem e a estrutura de capital da Companhia, medido por meio dos indicadores (Dívida Líquida / Patrimônio Líquido) e (Patrimônio Líquido / Total do Passivo, sendo: Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures – (Disponibilidades + TVM) e Total do Passivo = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido, apurados com base no Balanço Patrimonial Consolidado, comportaram-se da seguinte forma:

<b>Estrutura de Capital</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
1. Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	90%	103%	49%
2. Patrimônio Líquido / Total do Passivo (Passivo + PL)	32%	32%	42%

Os Diretores da Companhia entendem que os indicadores demonstrados na tabela acima têm se situado em níveis adequados ao longo dos períodos analisados. O primeiro indicador demonstra que o endividamento líquido da Companhia em 2015 representou 90% do Patrimônio Líquido (103% em 2014 e 49% em 2013). O segundo indicador demonstra que para cada R\$1 aplicado na Companhia em 2015, 32% era procedente de recursos do acionista (32% em 2014 e 42% em 2013).

Por fim, a Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

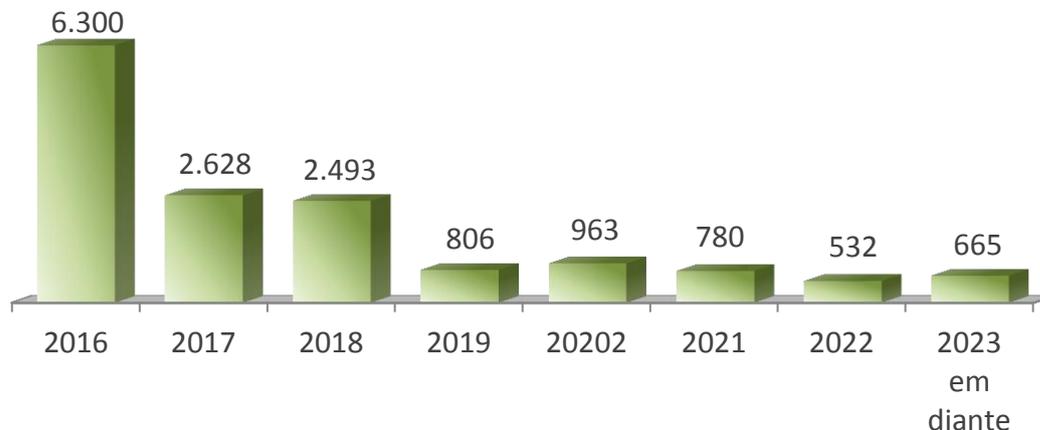
### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 4.955 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2014 tal montante foi de R\$ 6.382 milhões e, em 31 de dezembro de 2013, o montante foi de R\$5.186 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 3.435 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.898 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$3.225 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 11.732 milhões, contra R\$ 11.610 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$6.232 milhões em 31 de dezembro de 2013. Os indicadores de 2015 indicam que 2,4 anos, de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, enquanto os indicadores de 2014 indicam 1,8 anos e os de 2013 indicam 1,2 anos. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$15.167 milhões, não está alongada, com 75,30% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 2,8 anos:



#### Saldo da dívida em Milhões de reais

O endividamento da Companhia se encontra pouco alongado, devido a operações de curto prazo realizadas em 2015. Ressalta-se que a Companhia tem boas perspectivas de refinanciamento da sua dívida com vencimento em 2016 com operações de longo prazo.

Portanto, os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

#### Pela Cemig Distribuição:

- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados ao resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia;
- 7ª emissão de notas promissórias, em 08/04/2014, no valor de R\$ 1.121 milhões, destinados ao pagamento de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Emissora.
- 8ª emissão de notas promissórias, em 01/04/2015, no valor de R\$ 1.700 milhões, destinados ao pagamento de dívidas e compra de energia elétrica.

#### Pela Cemig Geração e Transmissão:

- 4ª emissão de debêntures simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).
- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.

- 6ª emissão de debêntures simples, em 15/07/2015, no valor de R\$ 1.000 milhões, destinados para o pagamento de dívidas e/ou à recomposição do caixa em função de pagamento de dívidas.
- 6ª emissão de notas promissórias, em 30/12/2015, no valor de R\$1.440 milhões, destinados para o pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 13.086 milhões em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 10.123 milhões em 31 de dezembro de 2014 e de R\$5.922 milhões em 31 de dezembro de 2013. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

#### **d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas**

Em abril de 2015, a Cemig Distribuição concluiu a 8ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 01 de abril de 2015, totalizando R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica. A 8ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig Distribuição conta com o aval da Companhia, sua controladora.

Além disso, a Cemig Distribuição, prorrogou também parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito no valor de R\$600 milhões, contratadas via cédulas de crédito comercial com o Banco do Brasil, bem como emitiu em favor da Caixa Econômica Federal cédulas de crédito bancário no valor de R\$200 milhões.

Em julho de 2015, a Cemig GT concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2015, a Cemig GT concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª(primeira) parcela da bonificação

pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Além disso, a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$670 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário, e nova operação de rolagem de dívida com o Banco da Amazônia no valor de R\$120 milhões.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Banco do Brasil (Cemig GT)	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures 6ª emissão 1ª série (Cemig GT)	2018	CDI + 1,60%	967.400
Debêntures 6ª emissão 2ª série (Cemig GT)	2020	IPCA + 8,07%	27.100
Nota Promissória 6ª emissão (Cemig GT)	2016	120% do CDI	1.406.880
Banco da Amazônia (Cemig GT)	2018	CDI + 1,90%	118.363
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (Cemig D)	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (Cemig D)	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (Cemig D)	2017	111% do CDI	97.696
		TJLP + 7,82 (75%) e Selic +	34.472
Debêntures 4ª emissão (Cemig Gasmig)	2022	1,82 (25%)	
Debêntures 5ª emissão (Gasmig)	2018	CDI + 1,60	100.000
Itaú Unibanco/Banco BBM (Cemig Telecom)	2016	120% do CDI	22.528
<b>Total de captações em moeda nacional</b>			<b>5.739.463</b>

Em janeiro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para

pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

Em abril de 2014, a Cemig Distribuição concluiu a 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 08 de abril de 2014, totalizando R\$ 1.210.000.000,00 (um bilhão, duzentos e dez milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Cemig Distribuição. A 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig Distribuição conta com o aval da Companhia, sua controladora.

Em 2013 foram captados cerca de R\$ 2.475 milhões em empréstimos e financiamentos que, excluídos os custos de captação de R\$ 8,6 milhões, conferem uma captação líquida de R\$ 2.467 milhões, e foram amortizados cerca de R\$ 3.601 milhões, numa visão de empresa consolidada.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2013 estão demonstradas abaixo:

<b>Financiadores</b>	<b>Vencimento Principal</b>	<b>Encargos Financeiros Anuais - %</b>	<b>Valor Captado</b>
<b>Moeda Nacional</b>			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Debêntures - 1º série (Capim Branco)	2018	CDI + 0,80%	72.303
Banco do Brasil (Cemig Distribuição)	2015	99,5% do CDI	195.847
Debêntures - 1º série (Cemig Distribuição)	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2º série (Cemig Distribuição)	2021	IPCA + 4,7%	1.103.335
Debêntures - 3º série (Cemig Distribuição)	2025	IPCA + 5,1%	658.862
<b>Total de Captações Líquido</b>			<b>2.466.516</b>

Em março de 2013, a Cemig Distribuição concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos

Líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 02 de julho de 2012 e 21 de dezembro de 2012, respectivamente, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com garantia fidejussória da CEMIG.

Já a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30 de janeiro de 2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

#### **e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez**

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em

níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades de controladas da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

#### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 15.167 milhões, sendo R\$ 11.731 milhões de dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado com relação a contratos financeiros era de R\$13.509 milhões, sendo R\$11.610 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$9.457 milhões, sendo R\$6.232 milhões a dívida líquida.

O custo nominal da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (14,28% ao ano, em 31 de dezembro de 2015, 11,74% ao ano, em 31 de dezembro de 2014 e 10,32% ao ano, em 31 de dezembro de 2013). Entretanto, o custo real da dívida da Companhia tem diminuído (3,74% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2015, 5,03% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2014 e 4,55% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013). Isto é reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2015, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (67% do total), RGR (2% do total), URTJ (2% do total), IPCA (28% do total) e 1% referente a outros indicadores.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2015	2014	2013
Endividamento do Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup>	2,14	2,10	1,36
Dívida Líquida / EBITDA <sup>(2)</sup>	2,37	1,82	1,20
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) <sup>(3)</sup>	47%	51%	33%

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) EBITDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

## i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				2015			2014	2013
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.560	30.549	32.109	24.555	32.345
KFW	2016	4,5	EURO	2.803	-	2.803	4.257	6.384
KFW	2024	1,78	EURO	4.474	7.153	11.627	10.525	
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US\$					7.420
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>8.837</b>	<b>37.702</b>	<b>46.539</b>	<b>39.337</b>	<b>46.149</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	77.577	66.360	143.937	212.230	208.611
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	286.428	147.449	433.877	450.569	449.124
Banco do Brasil S.A.	2018	104,10% do CDI	R\$	384.666	540.000	924.666	918.830	1.017.436
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633	384.045

Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666	212.469
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R\$	803.698	-	803.698	706.062	634.428
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	50.234	49.525	99.759	-	-
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	8.184	490.833	499.017	-	-
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106.85 do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984	-
Nota Promissória – 7ª Emissão (3)	2015	105.00 do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.947	73.392	81.339	88.668	96.303
BNDES	2026	TJLP+2,48	R\$	2.297	9.026	11.323	13.504	-
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	-	500
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	92.543	108.333	200.876	-	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	49.857	134.907	184.764	252.189	-
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	6.183	1.683	7.866	7.095	6.707
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.165	5.486	8.651	12.095	13.271
Consórcio Pipoca	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
BNDES (4)	2018	TJLP	R\$	7.918	8.504	16.422	24.294	32.166
Nota Promissória – 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R\$	1.889.352	-	1.889.352	-	-
Nota Promissória – 6ª Emissão (2)	2016	120,00 do CDI	R\$	1.440.907	-	1.440.907	-	-
BASA	2018	CDI+1,9	R\$	2.213	118.959	121.172	-	-
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	22.601	-	22.601	19.824	-

<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>5.135.955</b>	<b>1.754.457</b>	<b>6.890.412</b>	<b>5.944.033</b>	<b>3.389.335</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>5.144.792</b>	<b>1.792.159</b>	<b>6.936.951</b>	<b>5.983.370</b>	<b>3.435.484</b>
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$					424.172
Debêntures – 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	221.468	219.994	441.462	597.845	560.983
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	59.949	479.994	539.943	528.865	518.319
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68	R\$	-	-	-	554.158	1.024.686
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	46.744	875.584	922.328	833.042	782.247
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	13.502	261.390	274.892	248.272	233.127
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	54.648	1.347.743	1.402.391	1.266.168	1.188.288
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	35.440	803.989	839.429	757.938	711.380
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	50.633	410.625	461.258	451.904	442.272
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,80	R\$					77.054
Debêntures – Governo do Estado de MG	2031	IGP-M	R\$					59.352
Debêntures	2018	CDI+1,6	R\$	67.248	970.008	1.037.256	-	-
Debêntures	2020	IPCA+8,07	R\$	1.007	28.178	29.185	-	-
Debêntures - 2ª série – 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	501.398	-	501.398	501.172	-
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	11.646	1.400.000	1.411.646	1.406.336	-
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	41.009	-	41.009	89.771	-
Debêntures (5)	2015	CDI+0,62	R\$	-	-	-	100.028	-
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	2.862	100.000	102.862	-	-
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.444	66.667	100.111	99.663	-
Debêntures (5)		TJLP+7,82					90.206	-

	2022	(75%) e Selic+1,82(25%)	R\$	14.569	109.847	124.416		
<b>Total de Debêntures</b>				<b>1.155.567</b>	<b>7.074.019</b>	<b>8.229.586</b>	<b>7.525.368</b>	<b>6.021.880</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>6.300.359</b>	<b>8.866.178</b>	<b>15.166.537</b>	<b>13.508.738</b>	<b>9.457.364</b>

- (1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;  
 (2) Cemig Geração e Transmissão;  
 (3) Cemig Distribuição;  
 (4) Cemig Telecom;  
 (5) Gasmig;

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira na Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 91,3% da dívida das subsidiárias da Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 8,9% da dívida são garantidos por recebíveis da Cemig D e da Cemig GT.

***iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições***

Com respeito à presença de covenants financeiros em contratos de financiamento celebrados pela Cemig D, Cemig GT e Cemig, temos a informar o que segue.

A Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não fora obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos covenants financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como o covenant financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

A Cemig D tem um financiamento com o BNDES, desembolsado parcialmente em 26/12, cujos recursos são para reembolso dos gastos efetuados com obras de infraestrutura necessárias para a adequação do seu sistema elétrico, de modo a fazer frente à esperada demanda adicional por energia elétrica com a realização da Copa do Mundo. Nesse contrato, há uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a CEMIG a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo BNDES, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo forem restabelecidos os níveis acima referidos. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

Há nos contratos financeiros da Cemig Distribuição e da Cemig Geração e Transmissão cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Cemig Distribuição pode requerer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

**(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Os financiamentos contratados pela Cemig Distribuição junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. O financiamento da Eletrobrás para o Projeto Luz Para Todos apresentou um percentual de 86% de recursos desembolsados, mas seguindo critérios da Eletrobrás, uma parte deverá ser restituída, ajustando a utilização dos recursos para cerca de 70% do valor contratado.

**(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

**Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	924.632	2,26	887.143	2,53	4,23
Títulos e Valores Mobiliários	2.426.746	5,94	993.994	2,84	144,14
Consumidores e Revendedores	3.580.789	8,76	2.141.844	6,12	67,18
Concessionários – Transporte de Energia	183.688	0,45	247.571	0,71	(25,80)
Ativo Financeiro da Concessão	873.699	2,14	848.375	2,42	2,99
Tributos Compensáveis	175.330	0,43	213.602	0,61	(17,92)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	305.829	0,75	294.903	0,84	3,70
Dividendos a Receber	62.025	0,15	73.283	0,21	(15,36)
Fundos Vinculados	162	-	1.110	0,00	(85,41)
Estoques	37.264	0,09	39.887	0,11	6,58
Adiantamento a Fornecedores	87.241	0,21	4.450	0,01	1.860,47
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	71.695	0,18	344.896	0,99	(79,21)
Outros Créditos	647.638	1,58	463.320	1,34	39,78
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>9.376.738</b>	<b>22,94</b>	<b>6.554.378</b>	<b>18,73</b>	<b>43,06</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					

Títulos e Valores Mobiliários	83.566	0,20	17.278	0,05	383,66
Adiantamento a Fornecedores	60.000	0,15	-	-	-
Consumidores e Revendedores	58.454	0,14	202.734	0,58	(71,17)
Concessionários – Transporte de Energia	75.237	0,18	6.172	0,02	1.119,01
Tributos Compensáveis	257.851	0,63	386.606	1,10	(33,30)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	205.620	0,50	207.104	0,59	(0,72)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.498.479	3,67	1.245.726	3,56	20,29
Depósitos Vinculados a Litígios	1.813.341	4,44	1.534.805	4,39	18,15
Outros Créditos	807.724	1,98	407.525	1,16	98,20
Ativo Financeiro da Concessão	2.659.805	6,51	7.474.968	21,36	(64,42)
Investimentos	9.767.722	23,89	8.039.791	22,97	21,49
Imobilizado	3.940.323	9,64	5.543.620	15,84	(28,92)
Intangível	10.275.104	25,13	3.379.296	9,65	204,06
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>31.503.226</b>	<b>77,06</b>	<b>28.445.625</b>	<b>81,27</b>	<b>10,75</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.879.964</b>	<b>100,00</b>	<b>35.000.003</b>	<b>100,00</b>	<b>16,80</b>

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Fornecedores	1.901.153	4,65	1.603.716	4,58	18,55
Encargos Regulatórios	516.983	1,26	105.558	0,30	389,76
Participações nos Lucros	114.031	0,28	115.698	0,33	(1,44)
Impostos, Taxas e Contribuições	740.113	1,81	554.708	1,58	33,42
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.646	0,03	42.556	0,12	(74,98)
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.318.253	3,22	1.643.451	4,70	(19,79)
Empréstimos e Financiamentos	5.144.792	12,59	4.151.063	11,86	23,94
Debêntures	1.155.567	2,83	1.139.592	3,26	1,40
Salários e Contribuições Sociais	220.573	0,54	194.608	0,56	13,34
Obrigações Pós-emprego	166.990	0,41	153.426	0,44	8,84
Instrumentos financeiros – opções de venda	1.245.103	3,05	-	-	-
Outras Obrigações	551.306	1,34	418.941	1,20	31,60
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>13.085.510</b>	<b>32,01</b>	<b>10.123.317</b>	<b>28,92</b>	<b>29,26</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	226.413	0,55	251.937	0,72	(10,13)
Empréstimos e Financiamentos	1.792.159	4,38	1.832.307	5,24	(2,19)
Debêntures	7.074.019	17,30	6.385.776	18,25	10,78
Impostos, Taxas e Contribuições	739.711	1,81	723.176	2,07	2,29
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	689.247	1,69	611.469	1,75	12,72
Provisões	754.573	1,85	754.975	2,15	(0,05)
Obrigações Pós-emprego	3.086.381	7,55	2.478.226	7,08	24,54
Instrumentos financeiros – opções de venda	147.614	0,36	194.830	0,56	(24,23)
Outras Obrigações	285.224	0,70	359.038	1,02	(20,56)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.795.341</b>	<b>36,19</b>	<b>13.591.734</b>	<b>38,84</b>	<b>8,86</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.880.851</b>	<b>68,20</b>	<b>23.715.051</b>	<b>67,76</b>	<b>17,57</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	6.294.208	15,40	6.294.208	17,98	-
Reservas de Capital	1.924.503	4,71	1.924.503	5,50	-
Reservas de Lucros	4.674.160	11,43	2.593.868	7,41	80,20
Ajustes de Avaliação Patrimonial	102.264	0,25	468.332	1,34	(78,16)
<b>TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO</b>	<b>12.995.135</b>	<b>31,79</b>	<b>11.280.911</b>	<b>32,23</b>	<b>15,20</b>

## DOS ACIONISTAS CONTROLADORES

<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	<b>3.978</b>	<b>0,01</b>	<b>4.041</b>	<b>0,01</b>	<b>(1,56)</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.999.113</b>	<b>31,80</b>	<b>11.284.952</b>	<b>32,24</b>	<b>15,19</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.879.964</b>	<b>100,00</b>	<b>35.000.003</b>	<b>100,00</b>	<b>16,80</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:

- Aumento de R\$1.433 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função de recursos captados para pagamento da primeira parcela da outorga referente ao leilão do Lote D de geração, realizado em janeiro de 2016.
- Aumento de R\$1.439 milhões nos Consumidores e Revendedores em função principalmente dos reajustes tarifários ocorridos em 2015 nas contas de energia elétrica.
- Redução de R\$4.815 milhões no saldo do Ativo financeiro da concessão em função da renovação da concessão de distribuição, com a transferência do saldo de indenização para o ativo intangível.
- Aumento de R\$6.896 milhões no saldo do Ativo Intangível em função da transferência do saldo do Ativo Financeiro, mencionado acima, e também dos novos investimentos em distribuição realizados no ano.
- Aumento de R\$1.245 milhões no saldo dos Instrumentos Financeiros – Opções de Venda, no Passivo Circulante, em função da provisão em 2015 referente a opção de venda da Parati. Maiores detalhes na nota explicativa nº 14.
- Aumento de R\$2.081 milhões na Reserva de Lucros em função da proposta de retenção de lucros de 2015 e também dos dividendos obrigatórios de 2014 não distribuídos no valor de R\$797 milhões.

### Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	887.143	2,53	2.201.827	7,39	(59,71)
Títulos e Valores Mobiliários	993.994	2,84	933.571	3,13	6,47
Consumidores e Revendedores	2.141.844	6,12	1.911.731	6,41	12,04
Concessionários – Transporte de Energia	247.571	0,71	240.520	0,81	2,93
Ativo Financeiro da Concessão	848.375	2,42	2.254	0,01	37.538,64
Tributos Compensáveis	213.602	0,61	481.544	1,62	(55,64)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	294.903	0,84	248.615	0,83	18,62
Revendedores – Transações com Energia Livre	-	-	42.617	0,14	-
Dividendos a Receber	73.283	0,21	17.086	0,06	328,91

Fundos Vinculados	1.110	0,00	1.877	0,01	(40,86)
Estoques	39.887	0,11	37.726	0,13	5,73
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	344.896	0,99	174.613	0,59	97,52
Outros Créditos	467.770	1,34	374.802	1,26	24,80
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>6.554.378</b>	<b>18,73</b>	<b>6.668.783</b>	<b>22,37</b>	<b>(1,72)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	17.278	0,05	89.723	0,30	(80,74)
Consumidores e Revendedores	202.734	0,58	180.307	0,60	12,44
Concessionários – Transporte de Energia	6.172	0,02	8.288	0,03	(25,53)
Tributos Compensáveis	386.606	1,10	382.075	1,28	1,19
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	207.104	0,59	177.499	0,60	16,68
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.245.726	3,56	1.220.896	4,10	2,03
Depósitos Vinculados a Litígios	1.534.805	4,39	1.180.274	3,96	30,04
Outros Créditos	407.525	1,16	83.369	0,28	388,82
Ativo Financeiro da Concessão	7.474.968	21,36	5.840.683	19,59	27,98
Investimentos	8.039.791	22,97	6.160.800	20,66	30,50
Imobilizado	5.543.620	15,84	5.817.455	19,51	(4,71)
Intangível	3.379.296	9,66	2.003.990	6,72	68,63
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>28.445.625</b>	<b>81,27</b>	<b>23.145.359</b>	<b>77,63</b>	<b>22,90</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>35.000.003</b>	<b>100,00</b>	<b>29.814.142</b>	<b>100,00</b>	<b>17,39</b>

<b>PASSIVO (em R\$ mil)</b>	<b>Consolidado</b>				
	<b>2014</b>	<b>AV %</b>	<b>2013</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
Fornecedores	1.603.716	4,58	1.066.358	3,58	50,39
Encargos Regulatórios	105.558	0,30	153.437	0,51	(31,20)
Participações nos Lucros	115.698	0,33	124.930	0,42	(7,39)
Impostos, Taxas e Contribuições	554.708	1,58	498.553	1,67	11,26
Imposto de Renda e Contribuição Social	42.556	0,12	34.899	0,12	21,94
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.643.451	4,70	1.107.664	3,72	48,37
Empréstimos e Financiamentos	4.151.063	11,86	1.056.225	3,54	293,01
Debêntures	1.139.592	3,26	1.181.541	3,96	(3,55)
Salários e Contribuições Sociais	194.608	0,56	185.693	0,62	4,80
Obrigações Pós-emprego	153.426	0,44	138.076	0,46	11,12
Concessões a Pagar	22.013	0,06	20.400	0,07	7,91
Outras Obrigações	396.928	1,13	353.865	1,19	12,17
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.123.317</b>	<b>28,92</b>	<b>5.921.641</b>	<b>19,86</b>	<b>70,95</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	251.937	0,72	193.025	0,65	30,52
Empréstimos e Financiamentos	1.832.307	5,24	2.379.259	7,98	-22,99
Debêntures	6.385.776	18,25	4.840.339	16,24	31,93
Impostos, Taxas e Contribuições	723.176	2,07	705.497	2,37	2,51
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	611.469	1,75	255.813	0,86	139,03
Provisões	754.975	2,16	306.385	1,03	146,41
Concessões a Pagar	156.524	0,45	151.995	0,51	2,98
Obrigações Pós-emprego	2.478.226	7,08	2.310.652	7,75	7,25
Outras Obrigações	397.344	1,14	111.179	0,37	257,39

<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.591.734</b>	<b>38,83</b>	<b>11.254.144</b>	<b>37,75</b>	<b>20,77</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>23.715.051</b>	<b>67,76</b>	<b>17.175.785</b>	<b>57,61</b>	<b>38,07</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	6.294.208	17,98	6.294.208	21,11	-
Reservas de Capital	1.924.503	5,50	1.924.733	6,46	(0,01)
Reservas de Lucros	2.593.868	7,41	3.839.882	12,88	(32,45)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	468.332	1,34	579.534	1,94	(19,19)
<b>TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>11.280.911</b>	<b>32,23</b>	<b>12.638.357</b>	<b>42,39</b>	<b>(10,74)</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	<b>4.041</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.284.952</b>	<b>32,24</b>	<b>12.638.357</b>	<b>42,39</b>	<b>(10,71)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>35.000.003</b>	<b>100,00</b>	<b>29.814.142</b>	<b>100,00</b>	<b>17,39</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:

- Redução de R\$1.314 milhões no Caixa e Disponibilidades de Caixa da Companhia, uma variação negativa de 60%, em função da aplicação dos recursos no Programa de Investimentos da Companhia em 2014.
- Aumento de R\$354 milhões nos depósitos judiciais em função, principalmente, de depósito judicial realizado em 2014 no valor de R\$239 milhões decorrente de discussão judicial de critério de atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital devolvido ao Governo do Estado de Minas Gerais em período anterior.
- Aumento de R\$2.481 milhões nos ativos financeiros da concessão em função dos seguintes fatores:
  - investimentos em ativos de distribuição em 2014;
  - envio pela Aneel do Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia referente a indenização dos ativos de transmissão em função da adesão a Lei 12.783/13, que correspondeu ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$1.239 milhões, gerando uma receita de atualização do ativo de R\$357 milhões.
  - A partir da assinatura do aditamento ao contrato de concessão em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e de outros componentes financeiros, acumulados até 2014. O reconhecimento inicial foi realizado no ativo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício corrente (receita de venda de bens e serviços), no valor de R\$1.107 milhões.
- Aumento de R\$1.879 milhões no saldo de Investimentos em função, principalmente, da aquisição de participação na Renova, no valor de R\$1.550 milhões, aquisição de participação na SAAG Investimentos S.A de R\$ 697 milhões e aporte na Madeira Energia de R\$428 milhões. Em contrapartida a Companhia passou a consolidar a Gasmig em função de aquisição de participação adicional. Em 2013 o saldo na rubrica de investimentos referente a Gasmig era de R\$577 milhões. Maiores informações na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.
- Aumento de R\$4.051 milhões no endividamento da Companhia, 42,84% de variação, em função da maior necessidade de recursos em 2014 para cumprir com as obrigações de compra de energia. O endividamento de curto prazo aumentou R\$3.052 milhões, em função, principalmente, da captação de recursos através de notas promissórias em 2014, no montante de R\$2.610 milhões, com vencimento previsto para 2015.

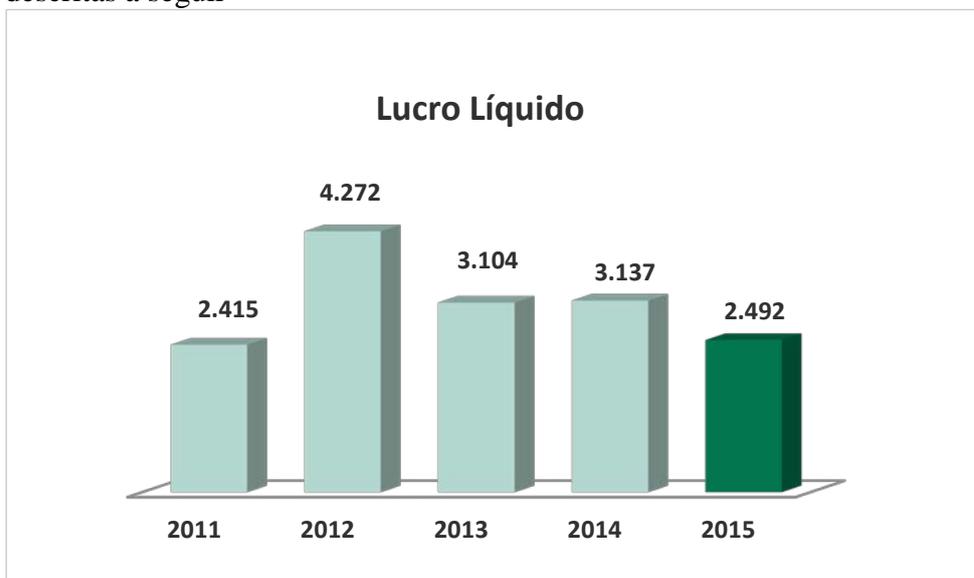
## 10.2. Os diretores devem comentar

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

#### Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

##### Resultado do Exercício

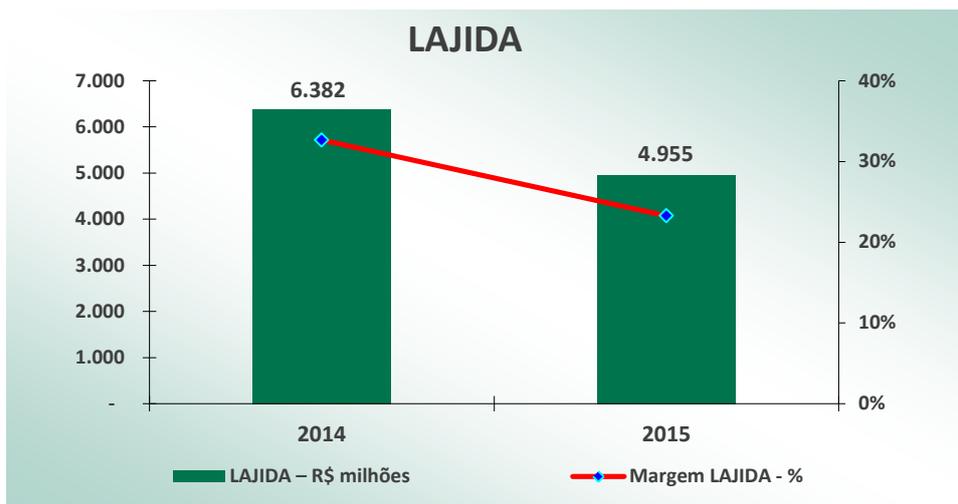
A Cemig apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.492 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.137 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 20,56%. As principais variações no resultado estão descritas a seguir



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig em 2015 apresentou uma redução de 22,36% na comparação com 2014.

LAJIDA - R\$ mil	2015	2014	Var %
Resultado do Exercício	2.492	3.137	(20,56)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	893	1.343	(33,51)
+ Resultado Financeiro	735	1.101	(33,24)
+ Depreciação e Amortização	835	801	4,24
= LAJIDA	<u>4.955</u>	<u>6.382</u>	<u>(22,36)</u>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou uma redução de 22,36% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento de 28,08% em 2015 nos custos e despesas operacionais (sem o efeito das despesas de depreciação e amortização), destacando-se as provisões constituídas de R\$1.401 milhões em 2015, conforme maiores detalhes a seguir, e o maior custo com compra de energia.

Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 28,76%, passando de 32,66% em 2014 para 23,27% em 2015.

### Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2015	2014	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	22.526	17.232	30,72
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.465	855	71,35
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.704	1.107	53,93
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	261	557	(53,14)
Receita de Construção de Transmissão	146	80	82,50
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Receita de Construção de Distribuição	1.106	862	28,31
Transações com energia na CCEE	2.425	2.348	3,28
Fornecimento de Gás	1.667	422	295,02
Outras Receitas Operacionais	1.440	1.283	12,24
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(11.549)	(5.626)	105,28
Receita Operacional Líquida	<u>21.292</u>	<u>19.540</u>	<u>8,97</u>

## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$22.526 milhões em 2015 em comparação a R\$17.232 milhões em 2014, o que representa um aumento de 30,72%.

### *Consumidores Finais*

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$20.319 milhões em 2015 comparada a R\$14.922 milhões em 2014, um aumento de 36,17%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

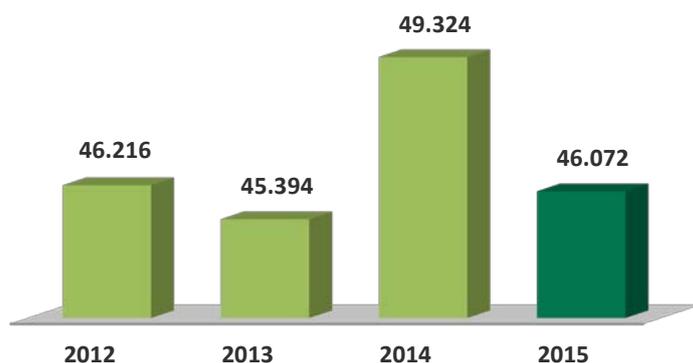
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015;
- redução de 10,35% no volume de energia vendida.

### *Evolução do Mercado*

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

As variações nos 4 últimos anos no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

### **GWh faturados - consumidores finais**



O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação do fornecimento de energia no ano de 2015, comparativamente a 2014:

	MWh (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.829.992	10.013.757	(1,84)
Industrial	22.968.931	26.025.584	(11,74)
Comércio, Serviços e Outros	6.433.728	6.395.473	0,60
Rural	3.379.734	3.390.096	(0,31)
Poder Público	892.368	891.454	0,10
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	2,12
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	(5,34)
Subtotal	46.034.739	49.286.776	(6,60)
Consumo Próprio	37.661	37.590	0,19
	46.072.400	49.324.366	(6,59)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.831.194	14.146.109	(23,43)
Total	56.903.594	63.470.475	(10,35)

- (1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;  
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

**Residencial:** O consumo residencial apresentou redução de 1,84% em relação a 2014. A redução de consumo de energia desta classe está associada aos aumentos significativos da tarifa de energia elétrica em 2015, o que provocou restrição no consumo, associado a aplicação da bandeira tarifária no ano de 2015. Em 2015 ocorreu uma redução de 3,6% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 126,5 kWh/mês em 2015 comparado a 131,2 kWh/mês em 2014, situação não observada desde 2008.

**Industrial:** A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 11,74% em relação a 2014, decorrente, principalmente, do término de contratos de clientes no final do ano de 2014 e não renovados com a Cemig GT, e redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 0,60%, decorrente, basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias Integrais aos clientes livres, compensado pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe reduziu 0,31%, em decorrência, basicamente, do menor uso dos sistemas de irrigação e à elevação do preço da energia no ano de 2015, impactando o custo de produção.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), reduziram 1,13% no ano de 2015.

#### *Receita com suprimento a Outras Concessionárias*

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$2.208 milhões em 2015 comparada a R\$2.310 milhões em 2014, o que representou uma redução de 4,42%. Esta variação é decorrente da redução de 23,43% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 10.831.194 MWh em 2015, comparada a 14.146.109 MWh em 2014.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2015, a receita foi de R\$1.465 milhões comparada a R\$855 milhões em 2014, um aumento de 71,35%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% (efeito integral em 2015) e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 24). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pela redução dos níveis de atividades do setor industrial no período, com uma redução de 11,74% na quantidade de energia distribuída.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$1.107 milhões em 2014).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

#### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.425 milhões em 2015 comparada a R\$2.348 milhões em 2014, um aumento de 3,28% decorrente do aumento da quantidade de energia comercializada (7.157.641 MWh em 2015 e 3.354.224 MWh em 2014) compensado pela redução de 58,31% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$287,20/MWh em 2015 e R\$688,89/MWh em 2014).

#### Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.667 milhões em 2015 comparada a R\$422 milhões em 2014, um aumento de 295,02%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto a receita de 2014 é correspondente somente a três meses.

#### Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão e distribuição) foram de R\$1.252 milhões em 2015 comparadas a R\$942 milhões em 2014, apresentando aumento de 32,91%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

#### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$11.549 milhões em 2015 comparados a R\$5.626 milhões em 2014, representando um aumento de 105,30%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com CDE, explicado em maiores detalhes a seguir, e também da variação na receita bruta, considerando que para a maior parte dos tributos o cálculo é feito com base em percentual do faturamento.

#### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.870 milhões em 2015 comparados a R\$211 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Cemig D, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou encargos do consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2015 o montante de R\$18.318 milhões comparados a R\$14.451 milhões em 2014, um aumento de 26,76%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

#### **Energia Elétrica Comprada para Revenda**

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$9.542 milhões em 2015 comparada a R\$7.428 milhões em 2014, representando um aumento de 28,46%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 22,70% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.978 milhões em 2015, comparados a R\$3.242 milhões em 2014, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões em 2015, comparados a R\$830 em 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real em 2015, comparado a 2014. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- aumento de 56,75% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$2.762 milhões em 2015 comparado a R\$1.762 milhões em 2014. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 48,10% no volume de compra realizado pela Cemig GT (15.273.685 MWh em 2015 em comparação a 10.313.226 MWh em 2014), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas;
- redução de 25,97% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R\$935 milhões em 2015 e R\$1.263 milhões em 2014).

#### **Encargos de Uso da Rede de Transmissão**

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$999 milhões em 2015, comparados a R\$744 milhões em 2014, representando um aumento de 34,27%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$1.401 milhões em 2015, comparadas a R\$581 milhões em 2014, um aumento de 141,14%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, nos montantes de R\$1.079 milhões e R\$119 milhões, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 14 (Opções de Venda).

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.435 milhões em 2015 comparada a R\$1.252 milhões em 2014, representando um aumento de 14,62%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

### Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina nesse ano para manutenção e instalação de novos equipamentos.

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$1.252 milhões no exercício de 2015 comparados a R\$942 milhões do mesmo período de 2014, um aumento de 32,91%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

## Gás Comprado para Revenda

No exercício de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.051 milhões comparada a uma despesa de R\$254 milhões em 2014, representando um aumento de 313,78%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto o custo com compra de gás em 2014 é correspondente somente a três meses.

### ***Resultado de valor justo em operação societária***

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 14.

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

No exercício de 2015 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$416 milhões comparados a um ganho líquido de R\$210 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do menor prejuízo, em 2015, da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.. No exercício de 2015 a Madeira Energia apurou um prejuízo de R\$155 milhões comparado a um prejuízo de R\$388 milhões em 2014.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado em 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$735 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.101 milhões em 2014. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$68 milhões no exercício de 2015;
- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo R\$606 milhões em 2015, em comparação a R\$58 milhões em 2014 em função dos seguintes fatores:
- alteração do indexador de atualização. Em novembro de 2015, a ANEEL determinou a alteração do indexador da BRR que passou de IGP-M para IPCA. Essa alteração gerou uma atualização retroativa a janeiro de 2013. O impacto dessa alteração na receita financeira registrada em dezembro de 2015 foi de R\$143 milhões.
- maior variação do atual indexador da BRR, o IPCA, que variou 10,67% em 2015, em comparação a uma variação do IGP-M de 3,69% em 2014.
- em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110 milhões em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição;

- reconhecimento da variação monetária de depósitos vinculados a litígios, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$212 milhões em 2015;
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, que foi de R\$172 milhões em 2015 comparados ao montante de R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, dos impactos verificados na Cemig D em função da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% no exercício de 2015 em comparação a 13,39% em 2014);
- aumento de 48,44% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.382 milhões em 2015 comparados a R\$931 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 13,23% no exercício de 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- aumento de 42,80% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$387 milhões em 2015, comparados a R\$271 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (10,67% no exercício de 2015 em comparação a 6,41% em 2014);
- redução de 15,77% na receita de aplicações financeiras: R\$251 milhões em 2015 comparados a R\$298 milhões em 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$893 milhões em relação ao Resultado de R\$3.384 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,83%. A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.343 milhões em relação ao Resultado de R\$4.479 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,97%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

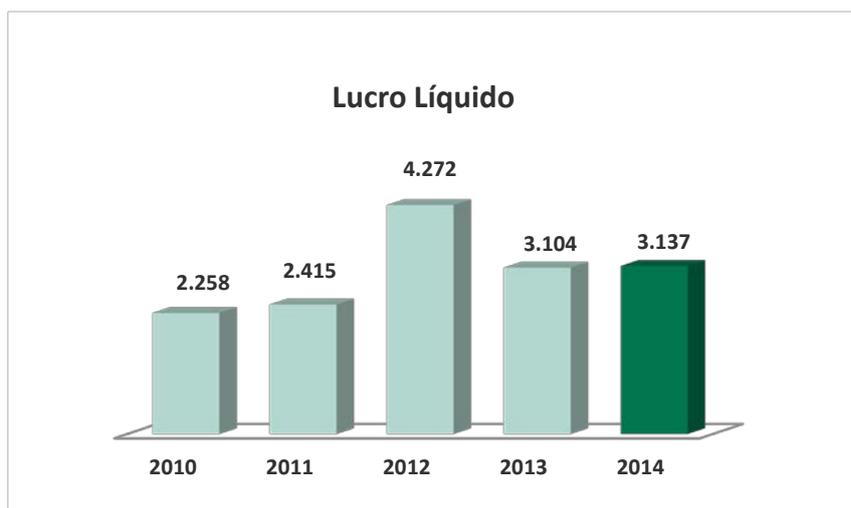
R\$ milhões	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>19.540</b>	<b>100,00</b>	<b>14.627</b>	<b>100,00</b>	<b>33,59</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Pessoal	(1.252)	(6,41)	(1.284)	(8,78)	(2,49)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(249)	(1,28)	(221)	(1,51)	12,67
Obrigações Pós-Emprego	(212)	(1,08)	(175)	(1,20)	21,14
Materiais	(99)	(0,50)	(67)	(0,46)	47,76
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282)	(1,45)	(56)	(0,38)	403,57
Serviços de Terceiros	(953)	(4,88)	(917)	(6,27)	3,93
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.428)	(38,02)	(5.207)	(35,60)	42,65
Depreciação e Amortização	(801)	(4,10)	(824)	(5,63)	(2,79)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(127)	(0,65)	(131)	(0,90)	(3,05)
Provisões (Reversões) Operacionais	(581)	(2,97)	(305)	(2,09)	90,49
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(744)	(3,81)	(575)	(3,93)	29,39
Gás comprado para Revenda	(254)	(1,30)	-	-	-
Custos de Construção	(942)	(4,82)	(975)	(6,67)	3,38
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(525)	(2,69)	(494)	(3,38)	6,28
	(14.451)	(73,96)	(11.232)	(76,79)	28,66
Resultado de Equivalência Patrimonial	210	1,08	764	5,22	(72,51)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	284	1,94	(100,00)
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	-	-	(81)	(0,55)	(100,00)
Resultado com combinação de Negócios	281	1,44	-	-	-
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>5.580</b>	<b>28,56</b>	<b>4.362</b>	<b>29,82</b>	<b>27,92</b>
Receitas Financeiras	593	3,03	886	6,05	(33,07)
Despesas Financeiras	(1.694)	(8,67)	(1.194)	(8,15)	41,88
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>4.479</b>	<b>22,92</b>	<b>4.054</b>	<b>27,72</b>	<b>10,48</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.259)	(6,44)	(994)	(6,80)	26,66
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(83)	(0,43)	44	0,30	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.137</b>	<b>16,05</b>	<b>3.104</b>	<b>21,22</b>	<b>1,06</b>

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

### Resultado do Período

A Cemig apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$3.137 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.104 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 1,06%.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:



### Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	2014 R\$ milhões	2013 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	17.232	14.741	16,90
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	855	1.008	(15,18)
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.107	-	-
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	557	404	37,87
Receita de Construção de Transmissão	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Receita de Construção de Distribuição	862	884	(2,49)
Transações com energia na CCEE	2.348	1.193	96,81
Outras Receitas Operacionais	1.705	1.048	62,69
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(5.626)	(4.763)	18,12
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>19.540</b>	<b>14.627</b>	<b>33,59</b>

### *Fornecimento Bruto de Energia Elétrica*

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$17.232 milhões em 2014 em comparação a R\$14.741 milhões em 2013, o que representa um aumento de 16,90%.

### Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$14.922 milhões em 2014 comparada a R\$12.597 milhões em 2013, um aumento de 18,46%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 14,76%, a partir de 8 de abril de 2014;
- aumento de 8,66% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais em 2014.

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	10.013.757	9.473.426	5.183	4.518	517,60	476,87
Industrial	26.025.584	23.451.590	4.793	4.023	184,18	171,56
Comércio, Serviços e Outros	6.395.473	6.035.454	2.786	2.354	435,57	390,06
Rural	3.390.096	3.028.459	908	741	267,97	244,62
Poder Público	891.454	860.709	381	328	427,55	381,36
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	358	311	275,72	245,24
Serviço Público	1.272.365	1.241.897	368	320	289,33	257,40
Subtotal	<b>49.286.776</b>	<b>45.358.737</b>	<b>14.778</b>	<b>12.595</b>	<b>299,83</b>	<b>277,67</b>
Consumo Próprio	37.590	35.162	-	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	144	3	-	-
	<b>49.324.366</b>	<b>45.393.899</b>	<b>14.922</b>	<b>12.597</b>	<b>302,53</b>	<b>277,51</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	14.146.109	16.127.376	2.251	2.127	159,16	131,89
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	59	17	-	-
Total	<b>63.470.475</b>	<b>61.521.275</b>	<b>17.232</b>	<b>14.741</b>	<b>271,50</b>	<b>239,61</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

**Residencial:** O consumo residencial apresentou crescimento de 5,70% em relação a 2013. O aumento de consumo de energia desta classe está associado, principalmente, à ligação de novas unidades consumidoras, temperaturas mais elevadas no ano com uma maior utilização de aparelhos de ar condicionado e ventiladores nas residências, e aumento de 2,2% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 131,2 kWh/mês, o maior valor desde o ano de 2001.

**Industrial:** A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou um aumento de 10,98% em relação a 2013, decorrente basicamente do crescimento de 13,7% no volume de energia faturada pela Cemig GT para os clientes livres em função da incorporação de novos clientes na carteira e redirecionamento da energia disponível com o término, em dezembro de 2013, de contratos celebrados no ACR para o mercado livre;

Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 5,97%, decorrente, basicamente, da ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo, principalmente de ar condicionado em decorrência da alta da temperatura em 2014.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 11,94%, em decorrência do aumento na demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2014, com menores chuvas e temperatura mais elevada.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), cresceram 2,73% no ano de 2014.

#### Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R\$2.310 milhões em 2014 comparada a R\$2.144 milhões em 2013, o que representou um aumento de 7,74%.

Apesar da redução de 12,28% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 14.146.109 MWh em 2014, comparada a 16.127.376 MWh em 2013, o aumento na receita foi justificado pelo aumento de 20,68% no preço médio de venda da energia, que foi de R\$159,16 por MWh no exercício de 2014 em comparação a R\$132,94 por MWh em 2013.

O aumento no preço médio decorre substancialmente da redução de oferta de energia em 2014, consequência do baixo nível dos reservatórios.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2014, a receita foi de R\$855 milhões comparada a R\$1.008 milhões em 2013, uma redução de 15,18%. Essa variação decorre, basicamente, dos impactos na Cemig Distribuição, como: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 10,3% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22%, compensado parcialmente pelo reajuste de 8,79% em 08 de abril de 2014.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados no próximo reajuste tarifário da Cemig D, o que representou uma receita de R\$1.107 milhões em 2014. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

#### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.348 milhões em 2014 comparada a R\$1.193 milhões em 2013, um aumento de 96,81%. Este resultado decorre, basicamente, da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas em 2014 (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).

## Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecimento de Gás	422	-
Serviço Taxado	11	10
Serviço de Telecomunicações	135	127
Prestações de Serviços	118	122
Subvenções (*)	790	673
Aluguel e Arrendamento	81	57
Outras	148	59
	<b>1.705</b>	<b>1.048</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

Esta variação foi ocasionada, principalmente, pela receita com fornecimento de gás no montante de R\$422 milhões, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.626 milhões em 2014 comparados a R\$4.762 milhões em 2013, representando um aumento de 18,12%. Este resultado decorre, principalmente, das variações ocorridas na Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2014 o montante de R\$14.451 milhões comparados a R\$11.232 milhões em 2013, um aumento de 28,66%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$7.428 milhões em 2014 comparada a R\$5.207 milhões em 2013, representando um aumento de 42,65%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior volume de compra de energia no ambiente livre em 2014, uma variação de R\$477 milhões, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas;

- exposição involuntária em 2014 da Cemig Distribuição ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa nesse mercado de R\$1.263 milhões em 2014 na comparação com R\$304 milhões em 2013;
- redução de 18,31% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$830 milhões no exercício de 2014, comparados a R\$1.016 milhões no exercício de 2013, em decorrência, basicamente, da redução de 28,74% na quantidade de energia comprada sendo 6.254.980 mWh em 2014 comparados a 8.777.227 mWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real em 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas de 2014 foi de R\$2,35, em comparação a R\$2,16 de 2013, o que representou uma variação de 8,80%.

### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$744 milhões em 2014, comparados a R\$575 milhões em 2013, representando um aumento de 29,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$581 milhões em 2014, comparadas a R\$305 milhões em 2013, um aumento de 90,49%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de R\$195 milhões em 2014, de provisão para perdas sendo R\$166 milhões decorrentes das opções de vendas das ações da Parati e R\$29 milhões decorrentes de contrato de outorga de opção de venda de cotas da SAAG, que mantém investimento em Madeira Energia, assinado entre Cemig GT e entidades de previdência complementar. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14.
- acréscimo nas provisões trabalhistas em 2014 de R\$71 milhões na comparação com o ano anterior (R\$242 milhões em 2014 comparados a R\$171 milhões em 2013). Este aumento decorre basicamente da provisão em 2014 de R\$127 milhões em decorrência do aumento de 3% de aumento real aos empregados em função de dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados. Mais detalhes vide Nota explicativa Nº 22.

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.252 milhões em 2014 comparada a R\$1.284 milhões em 2013, representando uma redução de 2,49%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R\$78 milhões.

## Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

## Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$942 milhões no exercício de 2014 comparados a R\$975 milhões do mesmo período de 2013, uma redução de 3,38%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

## ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado em 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.101 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$308 milhões em 2013. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Em 2013, a Cemig teve um ganho de R\$313 milhões, reconhecido no resultado financeiro, sendo R\$81 milhões como reversão de PASEP e COFINS e R\$232 milhões como receita de variação monetária. Esse resultado decorreu de discussão judicial sobre a ilegalidade da ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, sendo que a Companhia obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado.
- Aumento de 33,38% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$931 milhões em 2014 comparados a R\$698 milhões em 2013, decorrente do maior volume de recursos em 2014 indexados à variação do CDI e também da maior variação do índice (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013);
- Reconhecimento de uma despesa financeira de R\$239 milhões em 2014, decorrente de atualização monetária complementar, apurada pela diferença entre a taxa Selic e IGP-M, aplicada sobre o valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) feito pelo Governo do Estado em exercícios anteriores. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 22.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

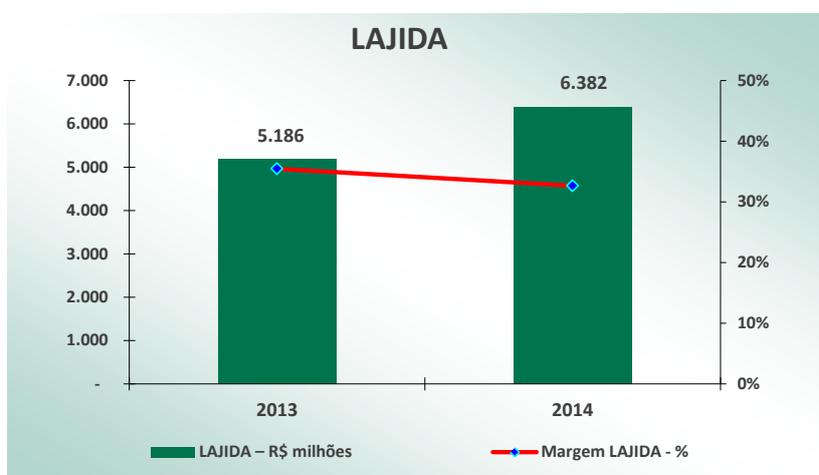
## ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.343 milhões em relação ao Resultado de R\$4.479 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,96%. A Companhia apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$950 milhões em relação ao Resultado de R\$4.054 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,43%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Cemig em 2014 apresentou um aumento de 23,06% na comparação com 2013.

LAJIDA - R\$ mil	2014	2013	Var %
Resultado do Exercício	3.137	3.104	1,06
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.343	950	41,37
+ Resultado Financeiro	1.101	308	257,47
+ Depreciação e Amortização	801	824	(2,79)
<b>= LAJIDA</b>	<b>6.382</b>	<b>5.186</b>	<b>23,06</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A margem do LAJIDA da Companhia passou de 35,45% em 2013 para 32,66% em 2014 em função, entre outros fatores, da redução do resultado de equivalência patrimonial em 2014.

### 10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2015.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

##### *Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão*

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão em conjunto com a Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig GT e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passou a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela CEMIG, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado de 2013, como demonstrado na tabela abaixo:

R\$ mil	Consolidado	Controladora
<b>Valor recebido pelos ativos</b>	<b>1.691.415</b>	<b>1.619.987</b>
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.609)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)
<b>Efeito líquido no resultado do período</b>	<b>106.953</b>	<b>169.045</b>

A diferença entre os valores consolidados e individuais deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Em agosto de 2014, ocorreu uma alteração na composição acionária das empresas do Grupo TBE:

- STC - alteração do percentual de participação da EATE no Capital Social Total, de 80% para 61,55% e inclusão da ENTE, com participação de 18,45%;

- ERTE – alteração do percentual de participação da TAESA no Capital Social Total, de 49,99% para 35,41% e inclusão da EATE, com participação de 29,16% no Capital Social Total;

Em outubro de 2014, alteração na participação do capital social da ERTE: TAESA, de 35,41% para 24,99%; EATE, de 29,16% para 20,59% e inclusão de participação da ENTE, no total de 29,41%.

#### *Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A*

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram com a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Cemig, esta garantidora das Debêntures emitidas pela Cemig GT, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), obtida em 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig ou da sua controlada Cemig GT.

#### *Opções de venda*

A controlada Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

Os cotistas do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”), Fundo de Investimento em Participações que integra o bloco de controle da Companhia, aprovaram na 19ª Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2014 a prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu, que deveria encerrar-se no dia 26 de outubro de 2014, por até 720 dias contados de 21 de outubro de 2014. A Cláusula 16.1.1 do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da Taesa (“Acordo de Acionistas”) estabelece que o Santander Participações S.A. (“Santander”), cotista do FIP Coliseu e, portanto, acionista indireto da Taesa, deixaria de ser parte do Acordo de Acionistas em 30 de outubro de 2014. Para tornar efetiva tal desvinculação do Acordo de Acionistas e, ainda, por força da prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu mencionada acima, foi realizada a 20ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Coliseu, ocasião em que foi aprovada a cisão parcial do FIP Coliseu, com a versão das ações ordinárias da Taesa de titularidade indireta da Santander, então detidas pelo FIP Coliseu, para o Fundo de Investimento em Participações Resling (cujo único cotista é o próprio Santander, doravante “FIP Resling”). Dessa forma, o FIP Resling tornou-se detentor de 76.258.597 ações ordinárias da Taesa. Por solicitação do Santander, o Conselho de Administração da Taesa homologou, no dia 30 de outubro de 2014, a conversão de 50.839.064 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em ações preferenciais. O Conselho da Companhia, na sequência, também por solicitação do Santander, homologou a emissão de 25.419.532 Units da Taesa em favor do FIP Resling, mediante o grupamento das 50.839.064

ações preferenciais convertidas às 25.419.532 ações ordinárias detidas FIP Resling em 30 de outubro de 2014. Após a cisão das ações de titularidade do Santander e emissão das Units em posse do mesmo, a composição do capital social da Companhia foi alterada, conforme disposto nas tabelas abaixo:

	<b>Ações ON</b>	<b>%</b>	<b>Ações PN</b>	<b>%</b>	<b>Capital Total</b>	<b>%</b>
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	0,0%	228.775.490	22,1%
Cemig	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%
Mercado	93.446.517	14,6%	186.892.944	47,6%	280.339.461	27,1%
FIP Resling	25.419.533	4,0%	50.839.064	12,9%	76.258.597	7,4%
<b>Total</b>	<b>640.714.069</b>	<b>100,0%</b>	<b>392.782.652</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,0%</b>

As demais cláusulas do Acordo de Acionistas da Companhia permanecem válidas até o fim das concessões, sendo, portanto, mantida a gestão compartilhada da Companhia entre a CEMIG e o FIP Coliseu ou seus sucessores.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e, atualmente, exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

#### *Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA)*

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2014, R\$20.998.021 (consolidado), os

quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.729.248. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 31 de dezembro de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$481.706. A Administração da MESA possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$2.777.110 foram aportados em 2014 (R\$1.677.100 em 2013), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada, no montante de R\$1.190.000.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$387.655 em 31 de dezembro de 2014 (R\$46.931 de equivalência patrimonial positiva em 31 de dezembro de 2013), decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

### *Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)*

No dia 06 de junho de 2014, a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”) alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA. Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 8,05% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão.

### *Aquisição de participação na Brasil PCH e Acordo de Investimento com a Renova Energia SA*

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento juntamente com a Renova, RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley. O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações que foram emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da Renova, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

O preço de emissão das ações da Renova foi estabelecido em R\$16,2266 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT de R\$1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 mil, cujos recursos para a aquisição foram via AFAC da Cemig GT na Chipley.

Em 31 de março de 2014 a Cemig GT realizou o AFAC na Renova no valor de R\$ 810.128.654,56.

Em 29 de setembro de 2014 a Cemig GT entrou no bloco de controle da Renova Energia S.A. – Renova, com a participação de 36,6% do capital social votante e 27,4% do capital total da companhia, mediante a subscrição e a integralização de 87.186.035 ações ordinárias. Para a realização do aumento de capital, RR e Light Energia cederam os seus direitos de preferência para a CEMIG GT e o preço das novas ações ordinárias emitidas pela Renova foi de R\$ 17,7789 por ação. A operação foi realizada mediante a integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”) no valor total de R\$1.550.071.797,66, realizados em 14/02/2014 (AFAC da CemigGT na Chipley – R\$ 739.943.143,10) e 31/03/2014 (R\$ 810.128.654,56).

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015.

#### *Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica*

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com a Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

Em 05 de agosto de 2014, a Cemig GT e a Vale celebraram Contrato Definitivo de Associação, regulando, dentre outras matérias, o ingresso da Cemig GT no Capital Social da Aliança Geração de Energia S.A., mediante a subscrição e integralização de 98.029 (noventa e oito mil e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Assim, a Cemig GT passou a deter 45% de participação no Capital Social Votante e Total da Aliança, enquanto a Vale detém 55% de participação no Capital Social Votante e Total da referida Empresa. O Contrato Definitivo prevê que, após o cumprimento das condições precedentes, o segundo aumento do Capital Social da Aliança ocorrerá na Data de Fechamento da operação, de modo que as ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas por Cemig GT e a Vale, preservando-se as participações de 55% para a Vale e 45% para a Cemig GT, mediante a transferência das participações, por elas detidas, nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga.

Em 27 de fevereiro de 2015, após aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Cemig, foi concluída a operação de associação entre Vale S.A. (“VALE”) e CEMIG GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (“ALIANÇA”), das participações societárias detidas por VALE e CEMIG GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga (a “Associação”).

A ALIANÇA passou a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. VALE e CEMIG GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta empresa, avaliada em R\$4,5 Bilhões.

Os Consórcios Aimorés e Funil e Cemig Capim Branco Energia estão em processo de baixa na Receita Federal.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$305.000.000,00 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, que detem a participação de 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 27 de fevereiro de 2015, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passará a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

Os contratos da Associação e de Aquisição estabeleceram o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

#### *Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco*

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
<b>Passivo</b>	

Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
<b>Total dos ativos líquidos</b>	<b>94.184</b>

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

No dia 27 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Cemig deliberou autorizar a incorporação da Cemig Capim Branco Energia S.A. pela Cemig GT e, após, a sua conseqüente extinção. A incorporação consiste na transferência da Cemig para a Cemig GT das participações diretas e indiretas detidas por Cemig Capim Branco, equivalentes a 26,4752% das UHEs Amador Aguiar I e II, sendo que, desse total, Capim Branco detém de forma direta 21,0526% das UHEs Amador Aguiar I e II e Capim Branco detém 30,3030% do capital social da Epícares Empreendimentos e Participações Ltda. que, por sua vez, detém 17,8947% das UHEs Amador Aguiar I e II. A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou a transferência.

Essa incorporação era uma das condições precedentes para a integralização na Aliança Geração de Energia S.A., das participações detidas por Vale S.A. e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga (a “Associação”).

Em decorrência da incorporação, houve aumento do capital social da Cemig GT de R\$1,7 bilhão e alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig GT

#### *Alienação de participação societária*

Em dezembro de 2014, exclusão na Cemig Geração e Transmissão do Consórcio Cosama, com participação de 49,00%.

#### *Atividades com a Renova Energia S.A. em 2014*

Em janeiro de 2014, ocorreu a criação na Renova Energia S.A. de 9 SPEs de Geração Eólica, com participação de 99%: as Centrais Eólicas Bela Vista II Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista III Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IV Ltda., as Centrais Eólicas Bela Vista V Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VII Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IX Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista X Ltda. e as Centrais Eólicas Bela Vista XI Ltda.;

Em abril de 2014, ocorreu a criação, pela Renova Energia, de 17 SPEs de Geração Eólica, com sede em Guanambi – Bahia: Centrais Eólicas Umburanas 1 Ltda., Centrais Eólicas Umburanas 2 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 3 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 4 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 5 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 6 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda e Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda.

Em agosto de 2014, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento na Renova Energia, com a participação de 99,99% com o objetivo exclusivo de participação em leilões.

Em outubro de 2014, ocorreu a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova Energia S.A., na participação no capital votante de 36,62% e no capital total de 27,37% e a consequente alteração da participação da Light Energia S.A. no capital votante, de 33,51% para 21,2%, e no capital total, de 21,86% para 15,87%. Em 27 de outubro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Renova Energia S.A., subsidiária da Light Energia, aprovaram a homologação do Aumento de Capital no valor total de R\$1.550.264.983,19, por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação. A participação da Light Energia na Renova passou a ser de 15,9% do capital social total e de 21,2% das ações ordinárias, ficando mantidas todas as suas ações vinculadas ao Bloco de Controle.

Em novembro de 2014, ocorreu a constituição, pela Renova Energia S.A., de 2 empresas sub-holdings, denominadas Diamantina Eólica Participações S.A. e Alto Sertão Participações S.A., com 99,99% de participação, que tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, na área de geração de energia e na comercialização de energia elétrica.

Em dezembro de 2014, ocorreu a redução de capital da Chipley SP Participações referente aos 40% de participação da Cemig GT na Chipley e, a alteração do percentual de participação da Renova Energia na Chipley SP Participações, de 59,00% para 99,99%.

#### *Associação com a Gás Natural Fenosa (GNF)*

Em 13 de junho de 2014, a CEMIG celebrou acordos com a Gás Natural Fenosa (“GNF”) que formalizaram a associação para a criação da empresa Gás Natural do Brasil S.A. (“GNB”), que será uma plataforma de consolidação de ativos e investimentos em projetos de gás natural.

#### *Aumento da participação da Cemig na Gasmig*

Em 2014, a CEMIG realizou a aquisição de 40% de participação da Gaspetro, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), na Companhia de Gás de Minas Gerais (“GASMIG”), conforme aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobras.

A aquisição, ocorrida em 29 de julho de 2014 pelo valor de R\$600 milhões, está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais. Esta aquisição pela Cemig é parte de sua estratégia de criação, em parceria com a Gás Natural Fenosa (“GNF”), da Gas Natural do Brasil S.A. (“GNB”), que será sua plataforma de consolidação de ativos e investimentos em projetos de gás natural.

A aquisição foi aprovada sem restrições pelo CADE em 03 de setembro de 2014 e, em outubro de 2014, houve a alteração na participação da Companhia Energética de Minas Gerais na Gasmig, no capital votante de 58,71% para 98,71% e no capital total de 59,57% para 99,57%.

#### *Outras atividades em 2014*

Em fevereiro de 2014 foram formadas 4 SPE's, subsidiárias integrais de Guanhões Energia: com participação de 100%: PCH Fortuna II S.A., PCH Jacaré S.A, PCH Dores de Guanhões S.A. e PCH Senhora do Porto S.A. Essas empresas passaram a ser responsáveis pela implantação e exploração das respectivas PCH's

Em março de 2014, ocorreu a constituição da subsidiária integral Cemig Overseas S.L, com sede na Espanha e e também a inclusão na Light Energia S.A. da subsidiária integral Lajes Energia S.A..

Em maio de 2014. a Light S.A. incluiu em seu portfólio a participação acionária de 50,10% na SPE Energia Olímpica, que tem como objeto a construção e implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV, que se conectarão à subestação, bem como sua operação e manutenção.

Em 04 de agosto de 2014, na reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a constituição da subsidiária integral Cemig Participações Minoritárias S.A.- CemigPar, cujo objeto social é exclusivamente a participação minoritária no capital social de outras sociedades, cujas atividades forem relacionadas a serviços de energia, óleo e gás, em seus diversos campos, bem como o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação, com capital inicial de um mil reais, representado por mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em outubro de 2014, ocorreu a constituição da Cemig Participações Minoritárias S.A. na Companhia.

Em outubro de 2014, foi constituído o o Consórcio Projeto SLT com 33,33% de participação, com o objetivo de viabilizar a administração e contabilização das contratações de consultores jurídico, ambiental, técnico e quaisquer outros consultores externos necessários à elaboração dos estudos para aferição de atratividade da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, localizada no Estado do Pará.

Em setembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT realizou a aquisição de participação de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. - RBE que tem como objeto a exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Paraopeba, municípios de Pompeu e Curvelo, em Minas Gerais, mediante a construção, implantação, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. Ao final da operação a composição acionária da RBE ficou da seguinte forma: CEMIG GT com 49,9%, Furnas com 49,0% e Orteng com 1,1%.

#### *Atividades com a Renova Energia S.A. em 2015*

Em janeiro de 2015, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento 2 na Renova Energia S.A com participação de 99,99%, com objetivo exclusivo de participação em leilões.

#### *Acordo entre Renova, Terraform Global e SunEdison*

Celebração de Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova, Terraform Global e a SunEdison por meio do qual a Companhia se compromete a contribuir determinados ativos operacionais na Terraform Global.

A Fase I da Operação, anunciada no dia 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

- (i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;
- (ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro;
- (iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Companhia que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento

A Fase II do Acordo consistia num contrato de permuta de ações de subsidiárias da Renova detentoras de ativos com 2.204,2 MW de capacidade instalada por ações da TerraForm Global por R\$ 13,4 bilhões de enterprise value. Uma das condições precedentes para a realização da Fase II do Acordo era a conclusão da venda da participação da Light no bloco de controle da Renova para a SunEdison. Com a não consumação da venda da participação, a Fase II do Acordo foi cancelada.

#### *Outras atividades em 2015*

##### *Alienação de participação societária*

Em janeiro de 2015, exclusão da EBL Companhia de Eficiência Energética S.A., de participação da Light Esco Prestação de Serviço S.A. de 33,00%.

##### *Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas*

Em 25/11/2015, a CEMIG sagrou-se vencedora do lote D, do Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas, composto por 18 usinas hidrelétricas, dentre elas Três Marias, com potência instalada total de 699,57 MW. A assinatura dos respectivos contratos de concessão deu-se mediante o pagamento da Bonificação pela Outorga no valor de R\$ 2.2 bilhões. O preço global pela prestação do serviço de geração nas usinas será de R\$ 498,7 milhões.

#### **c. eventos ou operações não usuais:**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

## 10.4. Os diretores devem comentar:

### a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante o exercício de 2015.

### **Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia:**

Em 2014 a única alteração nas práticas contábeis com impacto relevante para a Companhia decorreu da adoção da Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros.

### **Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013 com possíveis impactos para a Companhia:**

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

#### *CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados*

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

#### *CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto*

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em

entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

## **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

No exercício de 2014:

### Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732

A Companhia analisou os possíveis impactos das alterações nas suas demonstrações financeiras e entende que terá impacto relevante apenas em relação à Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros.

Até o exercício de 2013 a Companhia não reconhecia os ativos ou passivos financeiros decorrentes dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica em decorrência das incertezas quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário (IRT).

A Aneel decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes. O reconhecimento dos efeitos ocorreu no momento da assinatura do aditivo ao contrato de concessão. Com a adoção dessa Orientação, a Companhia registrou uma receita de R\$1.106.675 devido ao reconhecimento de ativos financeiros relacionados à concessão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

Por se tratar de evento novo, em linha com as determinações da Orientação Técnica, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais.

## **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**

### Ressalvas:

O parecer dos auditores independentes para o exercício de 2015 contém a seguinte ressalva:

Deve ser ressaltado que essa ressalva deve-se a não conclusão do trabalho de auditoria por investida, o que implicou em falta de evidência de auditoria para o investimento da Companhia na investida. Ou seja, a ressalva não decorre de procedimento incorreto

utilizado pela Companhia e que tenha produzido impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2014 e 2013

### Ênfases:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, consta parágrafo de ênfase relacionado a renovação de concessões de geração, conforme abaixo:

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2014, constam dois parágrafos de ênfases, ambos relativos à renovação de concessões, conforme abaixo:

#### *Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão*

*Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 15 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Cemig GT permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Cemig GT vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão*

*ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

#### *Renovação das concessões de distribuição*

*Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Cemig D e consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2013, constam cinco parágrafos de ênfases referentes aos seguintes assuntos:

- Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012;
- Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS quanto à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto;
- Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguará;
- Ativos financeiros de concessão de transmissão;
- Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE).

A íntegra de tais parágrafos de ênfase é transcrita abaixo:

No exercício de 2013:

#### *Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012*

*Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo*

*em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

*Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS quanto a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto*

*Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

*Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguara*

*Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguara (“UHE Jaguara”) expirou em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça – STJ. A referida liminar assegura que a Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

*Ativos financeiros de concessão de transmissão*

*Conforme descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.*

*Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)*

*Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.*

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A Companhia não possui transações para as quais seria possível a aplicação de políticas contábeis distintas daquelas definidas nas normas contábeis vigentes no Brasil, onde seria necessário o julgamento para a aplicação da política que melhor representasse a essência de determinada transação.

A aplicação das políticas contábeis é afetada pelas estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, que são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a sua situação patrimonial e o seu resultado.

As principais políticas contábeis e estimativas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

#### **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

O critério adotado segue a orientação da Aneel e entendemos que reflete adequadamente a posição patrimonial da Companhia.

#### **Ativos Vinculados à Concessão**

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas será objeto de indenização pelo Poder Concedente. Estes ativos foram baixados em 31 de dezembro de 2012 e foi constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

### **Redução ao valor recuperável**

Ativos financeiros – A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros – Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

### **Benefícios a Empregados**

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2015, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

### **Provisões**

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação,

## Receita Operacional

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

## Instrumentos Financeiros

A partir de 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783/13 foram classificados como disponíveis para venda. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo.

Os ativos financeiros das concessões não abarcados pela Lei nº 12.783/13 foram classificados como recebíveis e são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

## Opções de Venda

### *Opção de Venda de ações da Parati*

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R\$1.245.103 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$54 milhões no valor das opções.

#### *Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne*

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R\$147.614, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$27 milhões no valor das opções.

## 10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

### a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e compra de energia elétrica de Itaipu.

Os valores informados pela companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresentam condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	6.300.359	2.627.602	2.492.624	806.128	963.295	1.976.529	15.166.537
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.407.789	1.475.236	1.424.530	1.389.222	1.450.250	37.218.904	44.365.931
Compra de Energia - Leilão	2.453.317	3.004.966	3.224.569	3.685.593	4.561.310	91.075.005	108.004.760
Compra de Energia - Bilaterais	279.632	295.075	313.687	331.250	344.542	1.711.964	3.276.150
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	222.573	237.577	262.255	271.837	290.281	11.762.085	13.046.608
Cotas de Garantias Físicas	636.677	676.710	698.233	716.718	698.322	30.707.281	34.133.941
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	80.864	88.848	94.573	102.383	110.668	7.172.885	7.650.221
Outros contratos de compra de energia	3.359.407	3.611.840	3.148.782	2.510.085	2.525.216	32.310.505	47.465.835
Compra de gás para revenda	1.090.879	1.139.458	1.288.979	1.288.979	1.292.511	12.031.650	18.132.456
Concessão Onerosa	2.811	2.417	2.184	1.972	1.771	10.233	21.388
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	75.970	80.528	85.360	90.482	95.911	383.322	811.573
Arrendamentos Operacionais	62.640	21.438	22.556	22.556	-	-	129.190
<b>Total</b>	<b>15.972.918</b>	<b>13.261.695</b>	<b>13.058.332</b>	<b>11.217.205</b>	<b>12.334.077</b>	<b>226.360.364</b>	<b>292.204.590</b>

A Cemig também concedeu opções de venda, conforme abaixo:

- Opção de venda concedida ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.
- Opção de venda assinada entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG na usina de Santo Antônio, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções

de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Maiores detalhes sobre essas opções na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e gás.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia e gás, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia e gás, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das opções os impactos seriam a aquisição de ativos relacionados as opções de vendas oferecidas aos acionistas.

**b. natureza e o propósito da operação**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem principalmente dos contratos futuros de compra e transporte de energia.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os compromissos estão apresentados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

## 10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos

Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a Companhia Energética de Minas Gerais deverá investir cerca de R\$ [70,4] milhões, conforme demonstrado a seguir:

*Valores em R\$ milhões*

<b>Atividade</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
<b>Programa Básico (1)</b>	<b>1,8</b>	<b>0,9</b>	<b>0,3</b>	<b>3,0</b>
Cemig Holding	1,8	0,9	0,3	3,0
<b>Aportes (2)</b>	<b>19,6</b>	<b>29,0</b>	<b>18,8</b>	<b>67,40</b>
<b>Total Geral (1) (2)</b>	<b>21,40</b>	<b>29,9</b>	<b>19,10</b>	<b>70,40</b>

(1) *Valores estimados, arredondados, em moeda de [junho/2015], contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa da Companhia Energética de Minas Gerais.*

(2) *A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.*

(3) *A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.*

(4) *Os montantes planejados para os anos de 2016, 2017 e 2018 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).*

### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

### iii. Desinvestimentos relevantes

Não houve desinvestimentos relevantes nos três últimos exercícios.

## Gestão Tecnológica e Inovação

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Nos anos de 2014 e 2015, os investimentos no Programa de Eficiência foram conforme abaixo:

Programa de Eficiência Energética 2014/2015 – PEE/ANEEL  
(Valores em R\$ milhões)

Empresas	2014	2015	Total
Cemig Distribuição/PEE	51,3	58,1	109,4
Total	51,3	58,1	109,4

*Valores de 2014 e 2015 em moeda corrente.*

### b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2015, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

#### Investimentos em Geração:

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2015:

PCH Lajes:

Na geração, o destaque é o projeto para a construção da PCH Lajes, com uma unidade geradora de 17 MW de capacidade instalada com investimento da ordem de R\$70 milhões.

O projeto consiste na construção de uma adutora a partir da Casa de Válvulas e a implantação de uma nova unidade geradora na Casa de Força existente, sem a necessidade de construção de reservatórios, diques e barragens. Além da geração de energia elétrica, a PCH trará expressivo benefício ao abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por meio da melhoria significativa na confiabilidade e flexibilidade operativa do Complexo de Lajes.

### Aliança

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (“Vale”) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga, empreendimento somente da Vale.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Além de ser uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, há a previsão de investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

### Renova Energia S.A. - Renova:

A Renova iniciou o ano de 2015 focada na sua estratégia de comercializar, implantar e operar projetos de energia renovável.

No que tange a operação dos parques, os primeiros complexos implantados pela Renova, completaram 1 ano de operação. Os dados de geração dos complexos, mesmo nesse curto período de tempo, comprovaram a qualidade do vento na região e a estratégia acertada na execução dos projetos.

Também em 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no leilão de 2011 iniciaram a operação comercial.

Em maio de 2015, a Renova anunciou a operação com a TerraForm Global, na qual foram negociados determinados ativos operacionais. A operação tem por objetivo

umentar a competitividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento. Maiores detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Em 2016, a Companhia seguiu executando as obras para a fase A do Alto Sertão III, com capacidade instalada de 411,1 MW e entrega prevista entre 2016 e início de 2017.

#### Investimento na usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio), empreendimento onde a Cemig tem uma participação total de 18,05%, encerrou o ano de 2015 com 35 turbinas em operação. Juntas, representam uma capacidade de geração de aproximadamente 2.495 MW de energia. Somente em 2015, a hidrelétrica colocou três novas unidades geradoras em operação. Em novembro de 2016, quando a usina estará totalmente concluída e a plena carga, terá 50 turbinas em operação, elevando sua capacidade de geração para 3.568 MW e com um investimento superior a R\$20 bilhões.

#### Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), administrada pela empresa Norte Energia S.A., onde a Cemig tem uma participação de 11,69%, se localiza no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará. Atualmente, em fase de construção, fechou o ano de 2015 com 82% de suas obras concluídas.

A UHE de Belo Monte conta com duas casas de força, Belo Monte e Pimental: a primeira é a principal com dezoito turbinas com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW e a segunda, uma auxiliar com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte torna-se responsável por 8,7% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Tree Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW).

O empreendimento está demandando um investimento de R\$25,8 bilhões (moeda de abril de 2010), no qual se inclui R\$3,7 bilhões em ações sociais compensatórias. No primeiro semestre de 2016 entrarão em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal está prevista para o final do mês de março, agregando 593 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

### UHE Itaocara:

O Consórcio UHE Itaocara, constituído pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (49%) e pela Itaocara Energia Ltda. (51%), subsidiária integral da Light S.A., foi o vencedor da concessão da UHE Itaocara I, com potência instalada de 150 MW. O empreendimento será construído no rio Paraíba do Sul, na região noroeste fluminense, e abrangerá os municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais. O início das obras está previsto para 2016 e a expectativa é que sejam gerados cerca de 1.200 empregos diretos e de 2.200 indiretos, no pico de obra. Destaca-se, ainda, que o Consórcio UHE Itaocara já possui a Licença de Instalação (LI), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Declaração de Utilidade Pública (DUP), emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Em agosto de 2015 as quatro subsidiárias integrais da Guanhães Energia, detentoras de autorização para implantação e exploração das PCHs, sagraram-se vencedoras no Leilão A-3 de Energia Nova da ANEEL nº 04/15. A vitória no certame, além de garantir a celebração de contratos de compra e venda de energia a preços superiores aos praticados atualmente, garantirá ao projeto previsibilidade de receitas até o final do período de concessão das PCHs.

O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs.

## **Investimentos em Distribuição**

### Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2015, os investimentos foram de R\$817 milhões, sendo R\$234 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$562 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$21 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

## Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2015, foram investidos R\$817 milhões no Sistema Elétrico de Distribuição da Cemig D, incluindo o sistema de Alta, Média e Baixa tensão.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 15 subestações e construídos, 3.728 km e 241 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

## Jogos Olímpicos e Paralímpicos

A preparação para atender aos Jogos Olímpicos começou ainda em 2014, com o planejamento das obras estruturantes para o atendimento das exigências dos órgãos envolvidos na organização dos jogos. Desde o início de 2015 a Light elaborou e implantou os planos de operação, manutenção e comunicação da Light para os jogos.

Em março de 2015 foi realizado na Light um workshop de transferência de experiências da UPKN (Empresa responsável pela distribuição de energia dos Jogos Olímpicos de Londres 2012) para as equipes envolvidas da Light e outras entidades do setor elétrico.

Merece destaque a conclusão da Subestação Olímpica, conforme compromisso firmado pelo Governo Brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional e estipulado no contrato com o MME. Para sua implantação foi criada uma Sociedade de Propósito Específico, a Energia Olímpica S.A, em janeiro de 2014 tendo a Light S.A. (50,1%) e Eletrobrás Furnas (49,9%) como acionistas.

## **Gás Natural**

O ano de 2015 foi de grandes mudanças e, principalmente, desafios para a GASMIG, que aumentou sua base de clientes em 131,09%, saltando de 1.824, em 2014, para 4.215 unidades consumidoras em 2015.

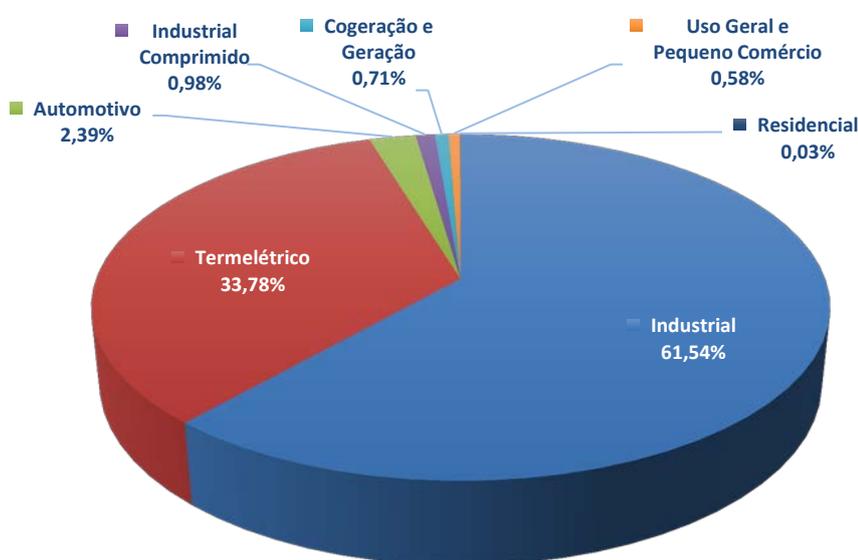
Dos R\$56 milhões em investimentos, R\$43,6 milhões foram destinados à expansão da rede de distribuição no Estado de Minas Gerais, o que reflete no salto do número de clientes conquistado em 2015. A Gasmig tem uma meta estipulada para o ano de 2016 de atingir mais 19 mil novos clientes.

Em 2015 foram comercializados 1,414 bilhão de m<sup>3</sup> de gás natural, destacando-se, principalmente, o crescimento na venda para as termelétricas e cogeração. A utilização do gás natural pelas termelétricas manteve-se elevada, tendência verificada nos últimos dois anos, com expansão de 6,96% em relação a 2014, contribuindo para mitigar a retração de 13,68% apresentada pelo segmento não termelétrico. Considerando essas variações, o desempenho das vendas da GASMIG, em 2015, reduziu em 7,66% em relação ao ano anterior.

Em 2015, a GASMIG investiu na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural no Estado de Minas Gerais, o montante de R\$ 43 milhões, com a construção de 51,4 km de extensão de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira, Sul de Minas e Vale do Aço.

Durante o ano de 2015, foram investidos R\$1.653 mil na elaboração de projetos executivos que compõem a carteira de projetos da Companhia, assegurando a realização dos futuros investimentos. Foram realizados os projetos executivos para a expansão residencial nas cidades de Poços de Caldas e Ipatinga, bem como os projetos de clientes diversos nas regiões atendidas pela Companhia. Ao longo do ano foram elaborados projetos executivos que totalizam aproximadamente 100 km de extensão da rede.

**Estrutura de Mercado em 2015 (%)**



**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### **10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

## Anexo 2

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva**

*Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Amazônia Energia S.A., Aliança Norte Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. (“Norte Energia”) que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. (que possuem investimentos na Norte Energia S.A.), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido na Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. pela Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$871.442 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$10.261 mil para o exercício findo naquela data.

### **Opinião**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

### **Ênfases**

*Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão*

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara (“UHE Jaguara”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguara, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até

deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguará, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

*Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, conseqüentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC-1MG 089.422/O-0

## Anexo 3

### **Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 29-04-2016.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes  
Márcio Almeida do Amaral  
Edson Moura Soares  
Ronaldo Dias  
Bruno Gonçalves Siqueira

## Anexo 4

### Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO/E

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 29-04-2016, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$2.491.375 mil, e do saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$59.536 mil, conforme a seguir: a) R\$633.968 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue: 1- R\$200.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-088/2015, de 17-12-2015, e CRD-432/2015, de 04-01-2016, a serem pagos em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2016 e a segunda até 30-12-2016, cabendo à Diretoria Executiva observar os prazos, determinar os locais e os processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, fazendo jus os acionistas que tiveram seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 30-12-2015. As ações passaram a ser negociadas ex-direitos em 04-01-2016; e, 2- R\$433.968 mil na forma de dividendos de 2015, fazendo jus os acionistas que tiveram seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO; b) R\$633.967 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir; c) R\$1.262.280 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital; e, d) R\$20.696 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene. Os pagamentos dos dividendos serão realizados até 30-12-2016, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes  
Márcio Almeida do Amaral  
Edson Moura Soares  
Ronaldo Dias  
Bruno Gonçalves Siqueira

## ANEXO 5

### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS

#### COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

	<b>31-12-2015</b> <b>R\$ mil</b>
<b>Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais</b>	
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.995.135
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.652.161
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	259.565
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039
<b>Dividendos Obrigatórios</b>	
Lucro Líquido do Exercício	2.491.375
Dividendos ordinários – 50% do lucro	1.245.688
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	22.247
	1.267.935
<b>Dividendos Propostos</b>	
Juros sobre o Capital Próprio	200.000
Dividendos	433.968
	633.968
<b>Dividendo por ação – R\$</b>	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendo Obrigatório	1,01
Dividendos Propostos	0,50

## **Proposta de Destinação do Lucro Líquido** **(nos termos do Anexo 9-1-II, da Instrução CVM - 481/2009)**

1. Informar o lucro líquido do exercício.  
**R\$2.491.375 mil.**
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.  
**- JCP no valor de R\$200.000 mil, equivalente a R\$0, 158947016 por ação, declarados em 30/12/2015;**  
**- Dividendos no valor de R\$433.968 mil, equivalentes a R\$0,344889593 por ação.**
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.  
**25,00%.**
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.  
**Não houve deliberação de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.**
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
  - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.  
**Dividendos - R\$433.968 mil, sendo:**  
**R\$ 145.117.345,13 para ON e**  
**R\$ 288.850.654,87 para PN**
  - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.  
**O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2016, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.**  
**Os valores serão como segue:**  
**Ações ON – R\$ 0,344889593 por ação**  
**Ações PN – R\$ 0,344889593 por ação**
  - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.  
**Não é prevista incidência de atualização.**
  - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.  
**29/04/2016.**
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
  - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

**R\$200.000 mil.**

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

**Em duas parcelas 50% até 30/06/2016 e 50% até 30/12/2016.**

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício	2015	2014	2013	2012
<b>Lucro Líquido (R\$)</b>	<b>0,51</b>	<b>0,63</b>	<b>1,44</b>	<b>3,42</b>

OBS: O valor por ação é o mesmo tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2014	2013	2012
<b>Dividendos (R\$)</b>	0,45	0,89	1,43
<b>JCP (R\$)</b>	0,18	0,55	1,99
<b>Total (R\$)</b>	0,63	1,44	3,42

OBS: O valor por ação é o mesmo tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

**A Companhia deixou de constituir em 2014 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.**

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

**A Companhia deixou de constituir em 2014 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

**Dividendos mínimos:**

**10% sobre o valor nominal das ações preferenciais ou 3% sobre a participação das ações preferenciais no Patrimônio Líquido, dos dois o maior.**

**Obs.: No caso de deliberação de distribuição de dividendos superiores ao mínimo, prevalece o maior.**

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

**O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.**

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.  
**Não Aplicável.**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.  
**Não Aplicável.**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.  
**Não Aplicável.**
10. Em relação ao dividendo obrigatório.
- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.  
**50% do Lucro Líquido.**
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.  
**O dividendo obrigatório não está sendo pago integralmente. O montante a ser pago corresponde a 25% do dividendo obrigatório.**
- c. Informar o montante eventualmente retido.  
**R\$ 633.967 mil.**
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.
- a. Informar o montante da retenção.  
**R\$633.967 mil.**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

**O Capital Circulante Líquido tem um saldo negativo de R\$3.709 milhões em 31 de dezembro de 2015, devendo ser destacado o vencimento no curto prazo de parcela do endividamento da Companhia, no valor de R\$6.300 milhões.**

**O caixa gerado pelas operações em 2015 representou o valor de R\$3.007 milhões, o que demonstra a necessidade da Companhia de rolagem de parcela do seu endividamento, o que diante do atual cenário macroeconômico, tem custos elevados de captação. Não considerando ainda os investimentos previstos para 2016.**

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

**Em função do atual cenário macroeconômico, os preços de venda da energia esperados para 2016 são mais baixos que aqueles verificados em 2015, o que pode comprometer a receita da Companhia.**

**Em função dos aumentos nas contas de energia em 2015 para os consumidores finais, podem ocorrer efeitos na inadimplência em 2016, com efeitos na liquidez da Companhia.**

**Adicionalmente, em função dos índices de inflação e taxas de juros, a saída de caixa relacionada ao pagamento de encargos de dívidas e principal para o ano de 2016 devem ser relevantes, com risco de também comprometer a liquidez da Companhia.**

**Deve ser ressaltado que o Estatuto Social da Companhia estabelece indicadores de endividamento, conforme abaixo:**

- **manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia;**
- **manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento).**

**As projeções de resultado da Companhia indicam que esses indicadores não serão atendidos em 2016, devendo ser estabelecidas medidas para o cumprimento dessas metas no futuro.**

**As situações acima apresentadas podem comprometer a liquidez da Companhia, aumentar o custo de captação de recursos e o nível de endividamento.**

**Dessa forma, a Administração entende ser mais prudente e necessário, neste momento, a não destinação de parcela do dividendo obrigatório previsto para pagamento no exercício de 2016, considerando o cenário macroeconômico e os seus consequentes efeitos no setor de energia e para a Companhia.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva.  
**Não aplicável.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.  
**Não aplicável.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.  
**Não aplicável.**
- d. Justificar a constituição da reserva.  
**Não aplicável.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.  
**Não aplicável.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

**Não aplicável.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

**Não aplicável.**

b. Identificar o montante destinado à reserva

**Não aplicável.**

c. Descrever como o montante foi calculado

**Não aplicável.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

**Não aplicável.**

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

**Não aplicável**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.

**R\$20.696 mil.**

b. Explicar a natureza da destinação.

**Referente aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.**

## ANEXO 6

### ORÇAMENTO DE CAPITAL

#### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ 29 DE ABRIL DE 2016

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 29 de abril de 2016, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2016, em milhares de Reais.

#### **Investimentos planejados para 2016**

Plano de desenvolvimento da Distribuidora - PDD	1.023.772
Sistema elétrico de geração	66.441
Sistema elétrico de transmissão	45.505
Aportes em controladas e coligadas	1.287.172
Pagamento de outorga – leilão lote D	1.440.629
Infraestrutura e Outros	147.169
	4.010.688

## Anexo 7

### Itens 12.5 e 12.6

#### Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Allan Kardec de Melo Ferreira 054.541.586-15	19/11/1946 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 87%
Membro do Comitê de Recursos Humanos	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. O Sr. Melo Ferreira atuou como membro do Conselho Fiscal do Grupo Oi de 1993 a 2014, como [presidente do Comitê de Supervisão] da Oi S.A. no período de 1993 a 2014 e membro dos Comitês de Supervisão da Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telemar Participações S.A., Coari Participações S.A. e Contax S.A., sendo certo que todas as sociedades ora mencionadas [não possuem ligação acionária com a Companhia]. Adicionalmente, foi sócio-consultor da [PJF Consultoria] de 1993 a 2014, prestando serviços de consultoria de gestão a diversas sociedades, bem como em processos de leilão do



Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Ministério das Comunicações e ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz 539.109.746-00	26/06/1966 Eletricário	Pertence ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Não 97%
Técnico de Gestão Administrativa	Não	02		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz foi técnico Administrativo da Cemig Geração e Transmissão S.A.. Desde 2009, é membro efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. – CEMIG e da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------

CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Helvécio Miranda Magalhães Júnior 561.966.446-53	28/05/1963 Médico	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 90%
Membro coordenador do Comitê de Estratégia	Sim – Dow Jones	01		

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	05/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim



098.044.046-72 Economista Presidente do Conselho de Administração 220/01/2015 90%

Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas. Até a AGO a realizar-se em 2016.

Sim – Dow Jones 01

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterre. O Sr. Beltrão da Silva exerceu o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi Presidente da PBH Ativos S.A. De abril de 2013 a dezembro de 2014, ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marco Antônio de Rezende Teixeira 371.515.926-04	23/09/1956 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 22/01/2015	Sim 87%
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.	Sim – Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	



### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Sr. Rezende Teixeira atua como advogado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, desde 1983. Foi procurador Geral do Município de Belo Horizonte de 1997 a 2012. O Sr. Rezende Teixeira é Sócio Gerente da Rezende Teixeira Sociedade de Advogados, desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	19-08-1960 Engenheiro metalurgista	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim
371.150.576-72 Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Sim – IBGC e Dow Jones	Conselho de Administração (efetivo) 01	22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	73%

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Mauro Borges Lemos	23-04-1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim
316.720.516-49	Economista	Vice-Presidente do Conselho de Administração	22/01/2015	87%
Não há	Não	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1980, o Sr. Mauro Borges é doutor em Economia pela Universidade de Londres, na Inglaterra, com pós-doutorado na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e na Universidade de Paris, na França. De fevereiro a dezembro de 2014, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mauro Borges também foi presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) no período 2011 e membro dos Conselhos de Administração do BNDES e do BNDESPAR, sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia, no período de fevereiro a dezembro/2014. O Sr. Borges exerceu vários cargos de direção na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentre os quais chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador do Programa de Pós-Graduação de Economia e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim
443.875.207-87	Engenheiro Eletricista	Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015	73%
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Nelson José Hubner Moreira formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Guy Maria Villela Paschoal 000.798.806-06	24/02/1933 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Não 100%
Não há	Sim - IBGC	03		

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Guy Maria Villela Paschoal foi Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais no período de 2003-2008; na Furnas Centrais Elétricas S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira no período de 2003-2008; e, na Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade que também não possui ligação acionária com a Companhia, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte no período de 2003-2008. Na Cemig Distribuição S.A. – CEMIG, controladora da Companhia, o Sr. Paschoal foi membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau no período de 2003-2008. Desde 2008, o Sr. Paschoal é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Eduardo Borges de Andrade 000.309.886-91	30/04/1938 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013 30/04/2013	Não 27%



Membro efetivo do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade

Não 02

Até a AGO a realizar-se em 2016.

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Eduardo Borges de Andrade possui os seguintes cargos: na Andrade Gutierrez S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Membro do Conselho de Administração, na Andrade Gutierrez Concessões S.A., sociedade que também não possui ligação acionária com a Companhia, é Presidente do Conselho de Administração; na Administradora São Miguel S.A., sociedade que também não possui ligação acionária com a Companhia, é Presidente do Conselho de Administração; na CCR S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Presidente do Conselho de Administração; na Light S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Cemig Holding, é Presidente do Conselho de Administração; na Fundação Dom Cabral, entidade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Membro do Conselho Curador. Adicionalmente, o Sr. Borges de Andrade é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Ricardo Coutinho de Sena 090.927.496-72	04-03-1948 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	20/01/2016 20/01/2016 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Não
Não há	Não	01		



### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Coutinho de Sena é membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões S.A., companhia que presidiu desde sua fundação até o início de 2013. De setembro de 2013 até março de 2014 participou como membro do Comitê Executivo da Holding do Grupo AG. Desde março de 2013 é Presidente da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Antes de iniciar sua atuação no Grupo Andrade Gutierrez, atuou na M. Roscoe – Engenharia, Indústria e Comércio, onde foi Diretor Técnico. De 2000 até 2013, como Presidente e membro de Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões, liderou dezenas de projetos no Brasil e América Latina em parceria com sócios canadenses, americanos, franceses, portugueses e brasileiros. É membro dos Conselhos de Administração da CCR S.A. desde junho/2000 e da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde agosto/2010 até abril/2015, sendo reeleito em janeiro/2016. Já exerceu os cargos de Conselheiro de Administração da Dominó Holdings que possui participação acionária na Sanepar – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador e da Light e Light Serviços de Eletricidade S.A. – concessionária de serviços de energia elétrica do Rio de Janeiro. Foi membro dos Conselhos de Administração da Telemar Participações S.A. de abril/2011 até novembro/13, da CTX Participações S.A. de abril/2011 até novembro/13. É membro do Conselho Consultivo da ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Paulo Roberto Reckziegel Guedes 400.540.200-34 Membro do Comitê de Governança	25/10/1961 Engenheiro Civil Não	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo) 03	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a	Sim 67%



Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia.

realizar-se em 2016.

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Porte Companhia Operadora de Rodovias S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011; Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Adicionalmente, o Sr. Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia: Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Henrique Maia 007.936.206-00	15-03-1942 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 57%
Não há	Não	01		

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência



José Henrique Maia formou-se em Engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1967. Possui o curso de Especialização em Engenharia Rodoviária pelo Instituto de Pesquisas Rodoviária – IPR. Iniciou sua carreira no mesmo ano na Andrade Gutierrez como Engenheiro auxiliar de Obras. No ano seguinte tornou-se Engenheiro Chefe de Obras, função na qual executou obras de pavimentação e terraplenagem para o antigo DNER e para o DER do estado de S. Paulo. Posteriormente trabalhou na implantação da Infraestrutura do Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, sendo responsável por várias obras, entre elas a da Barragem de Segurança. Coordenou as equipes de Infraestrutura da Andrade Gutierrez na Implantação da Siderúrgica da Açominas sendo responsável pela movimentação de cerca de 100.000.000 de metros cúbicos de solo. Assumiu a Superintendência Técnica onde dirigiu as equipes responsáveis pela preparação do planejamento e orçamentação de diversas concorrências entre elas a do Aeroporto de Confins. Como superintendente de obras foi responsável pelas obras do Ministério da Aeronáutica para implantação do Centro Aero espacial de Alcântara, da expansão da Fábrica de Alumínio da Alcoa, da infraestrutura e das Edificações da Mineração São Bento, da Gencor. Assumiu uma das Diretorias Comerciais responsável pelas obras da região Sul, parte da região Nordeste e do Centro Sul, função que exerceu até se aposentar em 08/07/1998. Após esta data permaneceu no grupo Andrade Gutierrez, que não possui ligação acionária com a Companhia, na função de Consultor.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Saulo Alves Pereira Junior	13-01-1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Sim
787.495.906-00	Engenheiro	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013	77%
Membro dos Comitês de Apoio; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e	Eletricista	03	Até a AGO a realizar-se em	
	Não			



Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração

2016.

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico. Adicionalmente, o Sr. Saulo Alves Pereira Junior é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Pais Rangel	09/09/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
239.775.667-68	Advogado	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2014	100%
Membro coordenador do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM. Adicionalmente, o Sr. José Pais Rangel é Membro Efetivo do Conselho de



Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2014..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Luiz Guilherme Piva 454442936-68	02-06-1962 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 22/01/2015	Sim 90%
Coordenador do Comitê de Fianças, Auditoria e Risco, membro dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Piva formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Guilherme Piva é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Franklin Moreira Gonçalves	12/10/1970	Pertence ao Conselho de Administração e à Diretoria	30/04/2013	Sim
754.988.556-72	Analista de sistemas	Outros Conselheiros / Diretores - Conselheiro (suplente) e Diretor de Geração e Transmissão	30/04/2013	13%
Não há.	Sim – Dow Jones	03	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Moreira Gonçalves é formado em Análise de Sistemas pela Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, com MBA em Liderança e Gestão de Empresas Estatais pela Fundação FranklinCovey Business School/Fundação Coge, Rio de Janeiro. Foi técnico de Operação do Sistema do Departamento de Supervisão e Controle da Operação do Sistema Cemig (Diretoria de Geração e Transmissão) e da Superintendência de Engenharia de Operação da Distribuição (Diretoria de Distribuição) da Cemig. Secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Filiado à CUT, de 2003 a 2009, presidente da FNU-CUT desde 2009 e diretor do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletró-MG) de 1993 a 2014. É, também, membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Transmissora Brasileira de Energia (TBE), do conselho do Plano Brasil Maior (conselho de âmbito federal para energias renováveis), do Conselho Estadual de Energia de Minas Gerais, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Adicionalmente, o Sr. Franklin Moreira Gonçalves é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão



S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril de 2006. Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Wieland Silberschneider 451960796-53	03-11-1960 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 73%
Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.	Sim – Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Silberschneider é formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudos Fiscais – Ministerio de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. cursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Adicionalmente, o Sr. Wieland Silberschneider é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Bruno Westin Prado Soares Leal 055.230.506-52	10-09-1983 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 53%
Coordenador do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e de Finanças, Auditoria e Riscos.	Sim – Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Soares Leal é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo concluído o mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, desde maio de 2009. Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, desde maio 2012. Adicionalmente, o Sr. Bruno Westin Prado Soares Leal é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Antônio Dirceu Araújo Xavier 068412446-72	26-08-1943 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 80%
Membro do Comitê de Recursos Humanos.	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Xavier é formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De 2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. Adicionalmente, o Sr. Antônio Dirceu Araújo Xavier é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Ricardo Wagner Righi de Toledo 299492466-87	01-09-1957 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 13%
Membro dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Estratégia.	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Toledo é formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. cursou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. Economista desde 2012. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Innovare Consultoria Ltda., todas sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Wagner Righi de Toledo é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato
Samy Kopit Moscovich 432564816-04	09-01-1962 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2015 Sim 30/04/2015 53% Até a AGO a realizar-se em 2016.
Não há	Não	01	

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Moscovich é formado em Ciências Econômicas pela FACE-Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e possui Mestrado em Geografia, pelo IGC-Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. De abril de 2010 a janeiro 2015 ocupou o cargo de assessor de Diretoria do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; De março de 2009 a fevereiro de 2010 ocupou o cargo de Especialista em Competitividade Industrial da ABDI-Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Adicionalmente, o Sr. Samy Kopit Moscovich é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Carlos Fernando da Silveira Vianna	23-11-1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim



319830656-68 Engenheiro Conselho de Administração (suplente) 22/01/2015 80%  
 Até a AGO a  
 realizar-se em  
 2016.

Membro dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Estratégia. Sim – IBGC e Dow Jones 01

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Vianna é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação “latu sensu” em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, onde desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG. Adicionalmente, o Sr. Carlos Fernando da Silveira Vianna é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Flávio Miarelli Piedade 703.736.396-00	28-01-1967 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2014 30/04/2014	Sim 77%
Membro efetivo dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, Estratégia e de Finanças, Auditoria e Riscos	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**



O Sr. Piedade atua no Araujo Fonte com prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas desde 2013; anteriormente, atuava no Citibank / Credicard como Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, *head* da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da companhia no período de 2009 a 2012. Adicionalmente, o Sr. Flávio Miarelli Piedade é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Tarcisio Augusto Carneiro 372.404.636-72	10-06-1960 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013 30/04/2013	Sim 90%
Membro dos Comitês de Recursos Humanos e do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.	Não	03	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Tarcisio Augusto Carneiro atua na Andrade Gutierrez Concessões S/A como Executivo da Empresa desde 1998. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Adicionalmente, o Sr. Tarcisio Augusto Carneiro é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo



da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Bruno Magalhães Meniucci	26-11-1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Sim
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	83%
Membro dos Comitês de Estratégia; de Finanças, Auditoria e Riscos e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Não	02	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci é assistente, na AGC Energia S.A., controladora da Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Adicionalmente, o Sr. Bruno Magalhães Meniucci é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------

CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marina Rosenthal Rocha 060.101.836-26	22-09-1982 Engenheira Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013 30/04/2013	Sim 73%
Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Não	02	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

A Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias sem ligação acionária com a Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Companhia, bem como da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio e integrante do grupo econômico da Companhia, desde janeiro/2012. Adicionalmente, Marina Rosenthal Rocha é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Newton Brandão Ferraz Ramos 813.975.696-20	30-05-1969 Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	Sim
Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.	Não	[--]	30/04/2013	77%
Até a AGO a realizar-se em 2016.				

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias- CCR. Adicionalmente, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Augusto Gomes Campos 505.516.396-87	02-12-1964 Físico	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	Sim
Membro do Comitê de Recursos Humanos.	Não	02	30/04/2013	83%
Até a AGO a				



realizar-se em  
2016.

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. José Augusto Gomes Campos atua como representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul/2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos. Adicionalmente, o Sr. José Augusto Gomes Campos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José João Abdalla Filho 245.730.788-00	30-05-1945 Servidor Público	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2014 30/04/2014	Sim 7%
Não há.	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. José João Abdalla Filho atua e/ou atuou, conforme o caso, nos seguintes cargos: Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de



Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial. Adicionalmente, o Sr. José João Abdalla Filho é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Ronaldo Dias	09/12/1946	Conselho Fiscal	30/04/2015	Não
221.285.307-68	Contador	CF (efetivo) eleito por preferencialistas	30/04/2015	62%
Não há.	Não	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Ronaldo Dias foi Ouvidor do Banco Clássico S.A. no período de 2007 a 2013. Atualmente é Auditor Interno e Gerente Administrativo do



Fundo Dinâmica Energia do Banco Clássico S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEG, até abril de 2016.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Bruno Gonçalves Siqueira 075.851.006-39	07-07-1985 Contabilista/Economista	Conselho Fiscal CF (efetivo) eleito pelo minoritário	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em 2016.	Não 62%
Não há.	Não	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Bruno Gonçalves Siqueira foi da AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda. Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Analista de Controladoria (desde 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia. Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez: Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013); Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012);



Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012). Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Charles Carvalho Guedes	19/11/1969	Conselho Fiscal	30/04/2015	Sim
539600681-15	Graduado em processamento de dados CF (efetivo)	eleito pelo controlador	30/04/2015 62%	
Não há.	Não	01	Até a AGO a realizar-se em 2016 ]	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Charles é graduado em processamento de dados e pós-graduado em Fianças e Ciências Contábeis pela FGV-Fundação Getúlio Vargas. Desde março de 2007 é Coordenador-Geral de Participações Societárias. De abril de 2010 a abril 2014 foi Conselheiro Fiscal das centrais elétricas Brasileiras – Eletrobrás. Desde abril 2014 é Conselheiro Fiscal da Petrobrás Biocombustível – Petrobio. Desde março de 2015 é membro Suplente do Conselho de Administração da IBR Brasil Resseguros S.A. O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Edson Moura Soares 992.255.496-87	02/06/1977 Filósofo e Teólogo	Conselho Fiscal CF (efetivo) eleito pelo controlador	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 62%
Não há.	Não	01		

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Edson Moura Soares é chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014 foi chefe de Gabinete na Câmara dos Deputados de Brasília. De junho de 2007 a dezembro de 2010 foi assessor parlamentar na Câmara dos Deputados em Brasília.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Márcio Almeida do Amaral 541.976.196-34	14/08/1969 Administrador	Conselho Fiscal CF (efetivo) eleito pelo controlador	30/04/2015 30/04/2015	Sim 62%

Até a AGO  
a realizar-  
se em  
2016.

Não há.

Não

01

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Amaral é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015; Chefe da Assessoria Técnica da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais-CGE/MG, desde fevereiro de 2015; Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União, desde 2002; Assessor/Chefe da Assessoria Técnica de Projetos da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas-DAS 4, de abril 2010 a janeiro 2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Alexandre Pedercini Issa	06/03/1982	Conselho Fiscal	30/04/2015	Não
054113616-05	Administrador	CF (suplente) eleito por preferencialistas	30/04/2015	62%
Não há.	Não	01	Até a AGO a realizar- se em 2016.	

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Alexandre Pedercini é membro atuante do Conselho de Administração da COPASA MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.



Sólida experiência em gestão de clube de investimento, com elevado índice de rentabilidade e alavancagem patrimonial. Experiência por três anos em consultoria na área comercial e marketing atendendo empresas de médio e grande porte. Capacidade de liderança, coordenação de equipe de gerência, visão estratégica e habilidade de negociação.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Rafael Pinto Queiroz Neto	09-03-1981	Conselho Fiscal	30/04/2015	Não
012.372.526-79	Economista/Contador	CF (suplente) eleito pelo minoritário	30/04/2015	69%
Não há	Não	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A. – desde 07-08-2006. Membro suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde agosto/2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Bruno Cirilo Mendonça de Campos 968.509.901-44	28/05/1978 Economista	Conselho Fiscal CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 62%
Não há	Não	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

o Sr. Bruno Cirilo Mendonça de Campos desde março de 2014 é Gerente Setorial do Setor Financeiro na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. De julho de 2011 a fevereiro de 2014 foi Gerente de Projetos na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. De maio de 2009 a junho de 2011 foi Analista de Fianças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. Membro suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril/2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Ari Barcelos da Silva 006.124.137-72	03-03-1942 Administrador	Conselho Fiscal CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015 Sim 30/04/2015 54% Até a AGO a realizar- se em 2016.
Não há	Não	03	

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Ari Barcelos da Silva é Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. - desde março/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A. Maio de 1985 a Outubro de 1990 -Assistente da Diretoria Econômica-Financeira -Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS Maio de 1974 a Abril de 1985 Chefe do Departamento de Contabilidade Junho de 1966 a Abril de 1971 Adjunto do Contador Geral da empresa. Membro suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril/2008.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Aliomar Silva Lima 131.654.456-72	07-10-1953 Economista	Conselho Fiscal CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em 2016.	Sim 77%
Não há	Não	02		



### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Aliomar Silva Lima é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais- GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A.- Cemig Telecom, e Redentor Energia S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

## Itens 12.7 e 12.8

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Bruno Magalhães Menicucci 081.100.286-16	26-11-1986 Engenheiro de Produção	Outros Comitês - Comitês de Estratégia; de Finanças, Auditoria e Riscos e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e de Recursos Humanos. suplente	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 48%
Membro do Conselho de Administração	Não	02		

### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci é assistente, na AGC Energia S.A., controladora da Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Adicionalmente, o Sr. Bruno Magalhães Menicucci é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2011.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Flávio Miarelli Piedade 703.736.396-00	28-01-1967 Administrador	Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, Estratégia e de Finanças, Auditoria e Riscos suplente	30/04/2014 30/04/2014 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 56%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Piedade atua no Araujo Fonte com prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas desde 2013; anteriormente, atuava no Citibank / Credicard como Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, *head* da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da companhia no período de 2009 a 2012. Adicionalmente, o Sr. Flávio Miarelli Piedade é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril/2014

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Augusto Gomes Campos 505.516.396-87	02-12-1964 Físico	Outros Comitês - Comitê de Recursos Humanos suplente	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 38%
Membro do Conselho de Administração	Não	02		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. José Augusto Gomes Campos atua como representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul/2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos. Adicionalmente, o Sr. José Augusto Gomes Campos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marina Rosenthal Rocha	22-09-1982	Outros Comitês - Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	30/04/2013	Sim
060.101.836-26	Engenheira Civil	suplente	30/04/2013	41%
Membro do Conselho de Administração	Não	02	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

A Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias sem ligação acionária com a Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Companhia, bem como da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, integrante do grupo econômico da Companhia, desde, janeiro/2012. Adicionalmente, Marina Rosenthal Rocha é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Newton Brandão Ferraz Ramos	30-05-1969	Outros Comitês - Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	30/04/2013	Sim
813.975.696-20	Contador	suplente	30/04/2013	31%
Membro do Conselho de Administração	Não	02	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias- CCR. Adicionalmente, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	25/10/1961	Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia	30/04/2013	Sim
400.540.200-34	Engenheiro Civil		30/04/2013	0%



efetivo

Até a AGO a realizar-se em 2016.

Membro do Conselho de Administração Não

03

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Porte Companhia Operadora de Rodovias S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011; Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Adicionalmente, o Sr. Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia: Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Saulo Alves Pereira Junior	13-01-1971	Outros Comitês - Comitês de Apoio; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração	30/04/2013	Sim



787.495.906-00 Engenheiro Eletricista efetivo 30/04/2013 14%  
 Até a AGO a realizar-se em 2016.

Membro do Conselho de Administração Não 03

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico. Adicionalmente, o Sr. Saulo Alves Pereira Junior é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Tarcisio Augusto Carneiro 372.404.636-72	10-06-1960 Engenheiro Civil	Outros Comitês - Comitês de Recursos Humanos e do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração suplente	30/04/2013 30/04/2013	Sim 56%
Membro do Conselho de Administração	Não	03	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**



O Sr. Tarcisio Augusto Carneiro atua na Andrade Gutierrez Concessões S/A como Executivo da Empresa desde 1998. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Adicionalmente, o Sr. Tarcisio Augusto Carneiro é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Bruno Westin Prado Soares Leal	10-09-1983	Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Finanças, Auditoria e Riscos	22/01/2015	Sim
055.230.506-52	Economista	Outros – Coordenador do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração; suplente	23/01/2015	48%
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Soares Leal é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo concluído o mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, desde maio de 2009. Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, sociedade que não possui ligação acionária



com a Companhia, desde maio 2012. Adicionalmente, o Sr. Bruno Westin Prado Soares Leal é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Luiz Guilherme Piva	02-06-1962	Outros Comitês - Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	22/01/2015	Sim
454442936-68	Economista	Outros – Coordenador do Comitê de Finanças, Auditoria e Risco; suplente	23/01/2015	62%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Piva formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como



Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Guilherme Piva é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Carlos Fernando da Silveira Vianna	23-11-1956	Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Estratégia	22/01/2015	Sim
319830656-68	Engenheiro	suplente	23/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	40%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Vianna é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação “lato sensu” em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, onde desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG. Adicionalmente, o Sr. Carlos Fernando da Silveira Vianna é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Ricardo Wagner Righi de Toledo	01-09-1957	Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de Administração e de Estratégia	22/01/2015	Sim
299492466-87	Administrador	Membro do Comitê suplente	23/01/2015	27%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Toledo é formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. cursou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. Economista desde 2012. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Innovare Consultoria Ltda., todas sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Wagner Righi de Toledo é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou



inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva 098.044.046-72	05/10/1948 Economista	Outros Comitês - Comitês de Governança Corporativa e Sustentabilidade e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas efetivo	22/01/2015 23/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 28%
	Presidente do Conselho de Administração Sim – Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterra. O Sr. Beltrão da Silva exerceu o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi Presidente do Conselho de Administração da PBH Ativos S.A. De abril de 2013 a dezembro de 2014, ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Marco Antônio de Rezende Teixeira	23/09/1956	Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	22/01/2015	Sim
371.515.926-04	Advogado	efetivo	23/01/2015	0%
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Sr. Rezende Teixeira atua como advogado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, desde 1983. Foi procurador Geral do Município de Belo Horizonte de 1997 a 2012. O Sr. Rezende Teixeira é Sócio Gerente da Rezende Teixeira Sociedade de Advogados, desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	22/01/2015	Sim
443.875.207-87	Engenheiro Eletricista	efetivo	23/01/2015	0%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Nelson José Hubner Moreira formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Allan Kardec de Melo Ferreira	19/11/1946	Outros Comitês - Comitê de Recursos Humanos	22/01/2015	Sim
054.541.586-15	Advogado	efetivo	23/01/2015	54%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em



Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. O Sr. Melo Ferreira atuou como membro do Conselho Fiscal do Grupo Oi de 1993 a 2014, como presidente do Comitê de Supervisão da Oi S.A. no período de 2014 e membro dos Comitês de Supervisão da Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telemar Participações S.A., Coari Participações S.A. e Contax S.A., sendo certo que todas as sociedades ora mencionadas [não possuem ligação acionária com a Companhia]. Adicionalmente, foi sócio-consultor da PJF Consultoria de 1993 a 2014, prestando serviços de consultoria de gestão a diversas sociedades, bem como em processos de leilão do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Ministério das Comunicações e ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Antônio Dirceu Araújo Xavier	26-08-1943	Outros Comitês - Comitê de Recursos Humanos	22/01/2015	Sim
068412446-72	Advogado	suplente	23/01/2015 Até a AGO a realizar-se em 2016.	46%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Xavier é formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De



2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. Adicionalmente, o Sr. Antônio Dirceu Araújo Xavier é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

<b>Nome</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Órgão administração</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>
<b>CPF ou Passaporte</b>	<b>Profissão</b>	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	<b>Data de posse</b>	<b>% participação nas reuniões</b>
<b>Outros cargos e funções exercidas na Companhia</b>	<b>Membro independente e critério utilizado</b>	<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	<b>Prazo do mandato</b>	
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	28/05/1963	Outros Comitês - Comitê de Estratégia	22/01/2015	Sim
561.966.446-53	Médico	efetivo	23/01/2015	40%
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	



### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Pais Rangel 239.775.667-68	09/09/1940 Advogado	Outros Comitês - Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas efetivo	30/04/2014 30/04/2014 Até a AGO a realizar-se em 2016.	Sim 69%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01		

### Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM. Adicionalmente, o Sr. José Pais Rangel é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2014..



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	19-08-1960	Outros Comitês - Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	22/01/2015	Sim
371.150.576-72	Engenheiro metalurgista	efetivo	23/01/2015	41%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

#### **Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas na Companhia</b>	<b>Membro independente e critério utilizado</b>	<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	<b>Prazo do mandato</b>	
Wieland Silberschneider	03-11-1960	Outros Comitês - Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	22/01/2015	Sim
451960796-53	Economista	suplente	23/01/2015	50%
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	Até a AGO a realizar-se em 2016.	

**Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência**

O Sr. Silberschneider é formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudos Fiscais – Ministerio de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. Coursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Adicionalmente, o Sr. Wieland Silberschneider é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Não existem relações familiares dos administradores com o emissor/controlador.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	<b>CPF do Adm:</b> 098044046-72
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente)	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 16.907.746/0001-13
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Helvécio Miranda Magalhães	<b>CPF do Adm:</b> 561.966.446-53
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 05.461.142/0001-70
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão de Minas Gerais	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Marco Antônio de Rezende Teixeira	<b>CPF do Adm:</b> 371.515.926-04

<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 18.715.615/0001-60
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Secretário de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	<b>CPF do Adm:</b> 371.150.576-72
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 19.791.581/0001-55
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais-CODEMIG	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Bruno Westin Prado Soares Leal	<b>CPF do Adm:</b> 055.230.506-52
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 16.907.746/0001-13
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Wieland Silberschneider	<b>CPF do Adm:</b> 451.960.796-53
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 05.461.142/0001-70

<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Minas Gerais
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Ricardo Wagner Righi de Toledo	<b>CPF do Adm:</b> 299.492.466-87
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 19.791.581/0001-55
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Diretor de obras da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais-CODEMIG	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Luiz Guilherme Piva	<b>CPF do Adm:</b> 454.442.936-68
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 38.486.817/0001-94
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Diretor Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Carlos Fernando da Silveira Vianna	<b>CPF do Adm:</b> 319.830.656-68
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Estado de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 38.486.817/0001-94

<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Diretor Executivo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlador Direto

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	<b>CPF do Adm:</b> 539.109.746-00
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Cemig Distribuição S.A.	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 06.981.180/0001-16
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Técnico Administrativo	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlada Direta	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Franklin Moreira Gonçalves	<b>CPF do Adm:</b> 754.988.556-72
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Suplente do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Companhia Energética de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 17.155.730/0001-64
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Diretor de Geração e Transmissão	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlada Direta	

<b>Exercício Social:</b> 31/12/2015	
<b>Nome do Administrador:</b> Samy Kopit Moscovitch	<b>CPF do Adm:</b> 432.564.816-04
<b>Cargo/Função do Adm:</b> Membro Suplente do Conselho de Administração	
<b>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:</b> Companhia Energética de Minas Gerais	
<b>Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica):</b> Jurídica	<b>CNPJ:</b> 17.155.730/0001-64
<b>Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada:</b> Assessor	
<b>Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada:</b> Subordinação	
<b>Tipo de Pessoa Relacionada:</b> Controlada Direta	

## Anexo 8

### **13. Remuneração dos administradores**

#### **13.1 Política/prática de remuneração**

##### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

Conforme determina o Estatuto Social, o montante global ou individual da remuneração das Diretorias, do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal, é definido pela Assembleia Geral.

##### **b. composição da remuneração, indicando:**

###### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

###### **a) Diretoria Executiva**

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig, realizadas cumulativamente, em 30-04-2015, aprovaram os seguintes critérios para pagamento de honorários da Diretoria Executiva, mantendo os demais itens: seguro saúde para os Diretores, a ser contratado no mesmo padrão do Plano de Saúde vigente para os empregados da Companhia. Os honorários mensais ao Diretor Presidente passaram a ter o valor de R\$44.270,69 (quarenta e quatro mil, duzentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) e aos demais Diretores, individualmente, o valor de R\$37.946,30 (trinta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), corrigindo-se, em consequência, na mesma proporção, os valores percebidos pelos Diretores a título de licenças remuneradas, gratificações e demais benefícios.

Os diretores da CEMIG recebem uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma remuneração variável, representada por uma participação nos resultados da Companhia.

Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, o montante global ou individual da remuneração da Diretoria Executiva, inclusive benefícios de qualquer natureza, é definido pela Assembleia Geral de acordo com legislação vigente. Os Diretores também possuem direito a uma licença anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço.

A Companhia concede a seus Diretores os seguintes benefícios diretos: (i) mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, valor equivalente aos vales refeição estabelecidos para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica, com base na coparticipação

conforme as faixas salariais; (ii) inscrição em apólice do seguro de vida em grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia; (iii) cobertura de plano de saúde e plano odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia (no caso de dependentes especiais, o valor é custeado totalmente pelo Diretor). Além disso, a Companhia concede aos Diretores a participação em plano de previdência privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Diretor e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

Outros componentes da remuneração dos Diretores são uma gratificação anual no valor do salário mensal, pagamentos referentes às licenças remuneradas, contribuição da empresa ao INSS e recolhimento de FGTS sobre o salário e participação de resultados recebidos.

A remuneração variável para a Diretoria consiste em participação nos resultados, seguindo os mesmos critérios estabelecidos em Acordo Coletivo Específico da Companhia e considerando os resultados da Companhia, havendo a apuração de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O salário ou pró-labore da Diretoria visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecido a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A concessão de benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos Diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

A participação nos resultados objetiva motivar os membros da Diretoria Executiva a uma participação efetiva na condução dos negócios, por meio de uma retribuição atrelada ao desempenho da organização.

A Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade, o recolhimento mensal de contribuição ao FGTS.

#### b) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração dividida em uma parte fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma parte variável, composta por valor equivalente a participações em reuniões.

De acordo com as deliberações dos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi estabelecido que a remuneração de cada um dos membros efetivos do Conselho de Administração excluídos os Conselheiros que exerçam o cargo de Diretores e observada a condição relativa ao pagamento de jeton abaixo mencionada – o equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal que, em média, percebe um Diretor da Companhia, ou seja, R\$11.556,37 (onze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos), bem como que a remuneração mensal de cada um dos membros suplentes do Conselho de Administração (no que se incluem os Conselheiros que participam de Comitês, inclusive o de Apoio) – excluídos os Conselheiro que exerçam o cargo de Diretores e

observada a condição relativa ao pagamento de jeton abaixo mencionada – seja equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do Conselheiro de Administração efetivo, ou seja, R\$9.245,09 (nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais e nove centavos).

Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração recebem 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada, sendo o restante dividido em jetons a serem pagos aos Conselheiros efetivos e aos Conselheiros suplentes presentes à(s) reunião(ões). No caso de haver mais de uma reunião no mês, o jeton será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas; no caso de não haver reunião no mês, o Conselheiro efetivo e o Conselheiro suplente receberão o montante total da remuneração mensal.

Os Conselheiros de Administração suplentes que participarem da reunião do Conselho de Administração em substituição ao seu respectivo membro efetivo – excluídos os Conselheiros que exerçam o cargo de Diretores – recebem apenas a remuneração descrita acima para os membros suplentes do Conselho de Administração, mesmo substituindo Conselheiros efetivos em reuniões.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros de Administração são a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário e participação em reuniões. Como benefícios diretos, a Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, o reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, o equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia, bem como a participação em Plano de Previdência Privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Conselheiro e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

A remuneração fixa e outros componentes da remuneração (INSS contribuição empresa) visam a recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do presidente do Conselho de Administração.

A remuneração por participação em reuniões objetiva motivar o comparecimento dos membros às reuniões convocadas, contribuindo para uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções.

#### c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizadas, cumulativamente, em 30 de abril de 2015, foi estabelecido que a remuneração dos

membros do Conselho Fiscal foi fixada a 20% (vinte por cento) da que, em média, é atribuída a cada Diretor da Companhia, ou seja, R\$ 7.704,24 (sete mil, setecentos e quatro reais e vinte e quatro centavos), bem como que a remuneração mensal de cada membro suplente do Conselho Fiscal seja equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do membro efetivo, ou seja, R\$6.163,39 (seis mil, cento e sessenta e três reais e trinta e nove centavos), excluídos, em ambos os casos, os benefícios na forma da lei.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos aos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas com estada e locomoção entre o município onde está localizada a residência do Conselheiro Fiscal e aquele da sede social da Companhia, necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, o equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho Fiscal a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros Fiscais contemplam a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário recebido. O salário ou pró-labore dos membros do Conselho Fiscal visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Conselho Fiscal residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, além de proporcionar a opção pela a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo.

#### d) Comitês do Conselho de Administração

Não existe qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, adicional pago aos membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração pela participação nos Comitês do Conselho de Administração.

### ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

a) 2015

#### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	39,12%
Benefícios Diretos	4,97%
Outros	15,68%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,12%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	1,11%

\* “Outros” referem-se a INSS.

### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	37,90%
Benefícios Diretos	13,24%
Outros	28,33%
Participação nos Resultados	14,05%
Pós Emprego	6,49%

\* “Outros” referem-se a INSS e FGTS.

### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	76,80%
Benefícios Diretos	7,80%
Outros	15,40%

\* “Outros” referem-se a INSS.

b) 2014

### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	38,52%
Benefícios Diretos	6,73%
Outros	15,51%
Remuneração por Participação em Reuniões	38,52%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	0,71%

\* “Outros” referem-se a INSS.

### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	36,93%
Benefícios Diretos	12,41%
Outros	19,09%
Participação nos Resultados	22,31%
Pós Emprego	9,26%

\* “Outros” referem-se a INSS e FGTS.

### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	73,05%
Benefícios Diretos	12,33%

Outros	14,61%
--------	--------

\* “Outros” referem-se a INSS.

### Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,05%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,05%
Benefícios Diretos	6,20%
Outros	15,70%

\* “Outros” referem-se a INSS.

c) 2013

### Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	38,94%
Benefícios Diretos	6,02%
Outros	15,58%
Remuneração por Participação em Reuniões	38,94%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	,052%

Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,19%
Benefícios Diretos	10,17%
Outros	19,22%
Participação nos Resultados	22,30%
Pós Emprego	9,11%

### Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	72,69%
Benefícios Diretos	12,77%
Outros	14,54%

### Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,23%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,23%
Benefícios Diretos	5,85%
Outros	15,69%

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são estabelecidos em Assembleia Geral.

Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus Administradores.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração e suas correções justificam-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária anuais..

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros das Diretorias, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados pela Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para 2015, aguarda-se posicionamento quanto ao estabelecimento de novas definições. Em 2014, a política de remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva foi definida a partir de indicadores de desempenho corporativos e por negócio de atuação.

O Conselho de Administração definiu uma cesta com os seguintes indicadores corporativos, associados a metas especificadas, que traduzem suas expectativas para o negócio:

- Índice Aneel de Satisfação dos Consumidores (IASC)
- DEC Acidental
- Lucro Líquido Consolidado da CEMIG
- LAJIDA Consolidado da CEMIG
- Distribuição de Dividendos conforme o Orçamento
- Cumprimento do PMSO orçado para 2014
- Impacto no LAJIDA das iniciativas do Plano Diretor

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável (PLR) dos Administradores está atrelada aos indicadores de resultado da Companhia. O peso do resultado desses indicadores para os membros da Diretoria Executiva é de 70%. Ainda, foi definida uma cesta de indicadores específicos que traduz a contribuição específica de cada Diretoria para o negócio, com peso 30%. Desde 2012, a PLR paga aos Diretores está condicionada ao alcance de metas

corporativas individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração consoante à estratégia da Companhia.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Além disso, a Companhia tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido+ Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, atrelados ao Lucro Líquido Consolidado, distribuição dos dividendos conforme o orçamento e cumprimento do PMSO orçado. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas corporativas relativas aos principais indicadores, destacados o Índice Aneel de Satisfação dos Consumidores (IASC), DEC Acidental e impacto do LAJIDA das iniciativas do Plano Diretor, de forma anual.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A remuneração do pessoal chave (administradores) em 2015 está 100% alocada na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, não há rateio para a Cemig Geração e Transmissão S.A. ou para a Cemig Distribuição S.A. e não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores indiretos.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
CEMIG	15.469	13.081	12.486
Cemig Geração e Transmissão	*	*	*
Cemig Distribuição	*	*	*
<b>Total</b>	<b>15.469</b>	<b>13.081</b>	<b>12.486</b>

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora Cemig Holding.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

### 13.2 - Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

#### Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 – Valores Anuais

2016	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	28	11	10	49
Remuneração fixa anual	--	--	--	--
Salário ou pró-labore	1.747.322,64	5.084.804,28	832.057,80	7.664.184,72
Benefícios direto e indireto	73.584,00	1.374.313,86	26.280,00	1.474.177,86
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	349.464,53	2.032.240,25	136.823,12	2.518.527,90
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração variável	--	--	--	--
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	2.778.377,45	--	2.778.377,45
Participação em Reuniões	1.747.322,64	--	--	1.747.322,64
Comissões	--	--	--	--

Outros	349.464,53	--	--	349.464,53
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa	--	--	--
Pós Emprego	35.491,65	985.913,14	--	1.021.404,79
Cessação do cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações (Incluindo Opções)	--	--	--	--
Observação	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2015. Para 2016, com alteração no valor do Seguro de Vida é prevista redução no valor dos benefícios direto e indireto.</p> <p>2) Número total de membros conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, sendo titulares e suplentes remunerados por 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.</p>	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2015. Como não houve adiantamento de PLR no segundo semestre de 2015, utilizado valor de previsão 2015 e pelo mesmo motivo foi utilizado o valor de previsão de 2015 para a contribuição previdenciária complementar (pós-emprego). Para INSS e FGTS (outros) foi também mantido o valor da previsão de 2015, pois não há previsão de troca de Diretoria em 2016 com grande volume de exonerações neste ano. Ainda para 2016, com alteração no valor</p>	<p>1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2015. Para 2016, com alteração no valor do Seguro de Vida é prevista redução no valor dos benefícios direto e indireto.</p> <p>2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -</p>	--

Total da remuneração	3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida –	do Seguro de Vida é prevista redução no valor dos benefícios direto e indireto.		
	4) O número 28 membros remunerados equivale ao total de membros do Conselho de Administração (15 membros efetivos e 15 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente e o Diretor de Geração e Transmissão, que, conforme previsto na AGO e AGE realizadas no dia 30.04.2015, são remunerados apenas pelo cargo de Diretor Executivo.	2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença, auxílio moradia de servidores federais cedidos à Companhia.	
	4.302.649,99	12.255.648,98	995.160,92	17.553.459,89

### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais

2015	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	23	11	10	44

Remuneração fixa anual	--	--	--	--
Salário ou pró-labore	1.256.146,05	4.309.521,56	682.541,20	6.248.208,81
Benefícios direto e indireto	159.459,00	1.505.050,75	69.330,00	1.733.839,75
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	251.701,46	3.221.071,10	136.823,12	3.609.595,68
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração variável	--	--	--	--
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	1.597.303,40	--	1.597.303,40
Participação em Reuniões	1.256.146,05	--	--	1.256.146,05
Comissões	--	--	--	--
Outros	251.701,46	--	--	251.701,46
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa	--	--	--
Pós Emprego	35.491,65	737.587,08	--	773.078,73
Cessaçã do cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações (Inclusive Opções)	--	--	--	--

Observação

1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se à alteração, conforme AGO/AGE de 30/04/2015, nos critérios de remuneração dos suplentes, que a partir de maio/15 passaram a receber 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões, bem como os valores dos honorários tornaram-se distintos dos titulares e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore para titulares e suplentes ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios)..

2) Número total de membros conforme Assembleia Geral

1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se ao desconto em folha de pagamento dos honorários de valores reembolsados pela Companhia a órgãos federais cedentes (servidores federais cedidos à Companhia), que reduziram o pró-labore efetivo em folha de pagamento (apesar da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS -outros - e previdência complementar - pós emprego).Em 2015, houve grande volume de exonerações e nomeações, sendo que as exonerações impactaram igualmente no total em outros (INSS e FGTS). Além disso, foram reajustados os valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem

1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2015 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).

2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente

3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -

Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, sendo titulares e suplentes remunerados por 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.

3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida –

4) O número 28 membros remunerados equivale ao total de membros do Conselho de Administração (15 membros efetivos e 15 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente e o Diretor de Geração e Transmissão, que, conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, são remunerados apenas pelo cargo de Diretor Executivo.

como de foram reajustados os valores com planos de saúde e odontológico e incluindo-se ainda, em 2015, o reembolso com aux. moradia e aux. mudança para servidores federais cedidos à Companhia (Benefícios). O valor de PLR (parcela remanescente de 2014) foi pago no primeiro semestre considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo possível) e não houve em 2015, adiantamento de PLR no segundo semestre.

2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente

3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença,

auxílio moradia e  
auxílio mudança  
de servidores  
federais cedidos à  
Companhia.

Total da  
remuneração

3.210.645,67      11.370.533,89      888.694,32      15.469.873,88

#### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 – Valores Anuais

2014	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	29	11	10	50
Número de Membros Remunerados	14	11	10	35
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro- labore	505.442,07	3.931.939,97	373.719,35	4.811.101,39
Benefícios direto e indireto	88.341,12	1.321.570,04	63.100,80	1.473.011,96
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	2.032.240,25	74.759,95	2.208.769,59
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00

Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00
Participação em Reuniões	505.442,07	0,00	0,00	505.442,07
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	0,00	0,00	101.769,39
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	9.371,05	985.913,14	0,00	995.284,19
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações (Inclusive Opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à nomeação de mais um Conselheiro de Administração e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se a licenças não remuneradas concedidas em 2014 que reduziram o pró-labore efetivo (apesar da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS (outros) e previdência complementar (pós emprego),	1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios). 2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de	0,00

	(Benefícios).	Além de terem sido reajustados os valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem como de terem sido reajustados os valores com planos de saúde e odontológico (Benefícios). O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo possível).	membros apurado mensalmente	
	2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	
	3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença		
Total da remuneração	1.312.135,08	10.647.079,40	511.580,10	12.470.794,58

### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 – Valores Anuais

2013	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de	28	11	10	49

Membros				
Número de Membros Remunerados	13	11	10	34
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro-labore	497.717,24	3.972.823,33	337.020,74	4.807.561,31
Benefícios direto e indireto	76.990,68	1.031.432,62	59.223,60	1.167.646,90
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	99.543,72	1.948.721,00	67.404,27	2.115.668,99
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.261.052,50	0,00	2.261.052,50
Participação em Reuniões	497.717,24	0,00	0,00	497.717,24
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	99.543,72	0,00	0,00	99.543,72
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	6.598,58	923.631,26	0,00	930.229,84
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações (Inclusive Opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	0,00
	2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida	2) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença	2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	
Total da remuneração	1.278.111,17	10.137.660,71	463.648,61	12.486.842,67

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Exercício Social Encerrado em 31.12.2016	– Remuneração variável prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros Total		30	11	10	51
Número de Membros Remunerados		28	11	10	49
<b>Bônus</b>					
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração Variável		-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável		-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas		-	-	-	-
<b>Participação nos Resultados</b>					
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração Variável		-	1.913.205,45	-	1.913.205,45
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável		-	3.219.125,45	-	3.219.125,45
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas		-	3.219.125,45	-	3.219.125,45
Observação			Para a PLR de 2015/2016, aguarda-se posicionamento quanto ao estabelecimento de novas definições e assim, foram		

mantidos os valores da previsão para o ano de 2015.

<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2015</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Remuneração variável</b>				
Número Total de Membros	30	11	10	51
Número de Membros Remunerados	23	11	10	44
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no	-	1.913.205,45	-	1.913.205,45

Plano de Remuneração				
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	3.219.125,45	-	3.219.125,45
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	3.219.125,45	-	3.219.125,45
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.597.303,40	-	1.597.303,40

Observação

A parcela remanescente de PLR, referente a 2014, foi paga no primeiro semestre de 2015, considerando as metas apuradas. Não houve adiantamento da PLR de 2015 no segundo semestre.

Exercício Social Encerrado em 31.12.2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Remuneração variável</b>				
Número de Membros Total	29	11	10	50
Número de Membros Remunerados	14	11	10	35
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00z	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

### Participação nos Resultados

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.765.960,00	0,00	1.765.960,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00

Observação

O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas.

Exercício Social Encerrado em 31.12.2013 – Remuneração Variável	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros Total	28	11	10	49
Número de Membros Remunerados	13	11	10	34
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos	0,00	0,00	0,00	0,00

exercícios sociais

### Participação nos Resultados

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.264.445,00	0,00	1.264.445,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	1.806.350,00	0,00	1.806.350,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	1.806.350,00	0,00	1.806.350,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.261.052,50	0,00	2.261.052,50

1) A  
Diretória  
Estatutária

Observação

superou as  
metas em  
mais de  
100%.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

A Companhia não adota plano de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva baseado em ações.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**13.6 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela.**

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

<b>CEMIG</b>		
	<b>Quantidade de ações ON</b>	<b>Quantidade de ações PN</b>
<b>Conselho de Administração</b>	103.957	139.735
<b>Diretoria</b>	1.419	519
<b>Conselho Fiscal</b>	544	13.532
<b>Total</b>	<b>105.920</b>	<b>153.786</b>
<b>LIGHT</b>		
	<b>Quantidade de ações ON</b>	
<b>Conselho de Administração</b>	8	
<b>Diretoria</b>	0	
<b>Conselho Fiscal</b>	0	
<b>Total</b>	<b>8</b>	
<b>TAESA</b>		
	<b>Quantidade de ações ON</b>	<b>Quantidade de ações PN</b>
<b>Conselho de Administração</b>	24	0
<b>Diretoria</b>	3	0
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>0</b>

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

<b>Planos de previdência</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Nº de membros	30	11
Nº de membros remunerados	8	11
Nome do plano	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 38.436,15	R\$ 1.171.963,39
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 38.436,15	R\$ 1.171.963,39
Possibilidade de resgate e condições	Sim, 2 (desde que se desliguem do patrocinador e façam a opção pelo resgate)	Sim, 11 (desde que se desliguem do patrocinador e façam a opção pelo resgate)

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	30	11	10
Número de membros remunerados	23	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	158.106,81	1.333.031,83	97.938,52
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	99.363,80	872.632,60	79.737,40
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	139.593,29	1.033.684,90	88.869,43
<p>O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses. Número total de membros do Conselho de Administração conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2015, sendo titulares e suplentes remunerados por 50% parcela fixa mais 50% parcela proporcional à participação em reuniões (exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos). Assim, para o cálculo do valor médio, foi considerada uma média de 23 membros remunerados em 2015, pois até abril/15, suplentes percebiam proporcionalmente à participação em reuniões, em substituição dos titulares.</p>			

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	29	11	10
Número de membros remunerados	14	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	107.922,99	1.235.245,33	56.141,11
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	55.935,90	704.771,30	46.174,91
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	93.723,93	967.916,31	51.158,01

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	28	11	10
Número de membros remunerados	13	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	101.935,20	1.131.380,00	51.640,74
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	51.640,74	778.261,48	42.497,10
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	98.316,24	921.605,52	46.364,86

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:**

Há previsão de pagamento de indenização correspondente a 40% do saldo de FGTS em caso de exoneração de Diretores. Fazem jus a esta multa, tendo em vista seu caráter indenizatório, apenas aqueles Diretores que forem exonerados do cargo antes do vencimento do mandato, já que não se pode aplicar este entendimento se a exoneração se der atendendo ao pedido do próprio Diretor.

A CEMIG efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002, de que deve ser aplicada a multa sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor àqueles que eram empregados da Companhia, o direito foi estendido aos Diretores que não eram empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

Além do seguro de vida, a Companhia não possui apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores, se destituídos dos seus cargos ou aposentados.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

	2015	2014	2013
Diretoria:	0,00	0,00	0,00
Conselho Administração:	92,50	88,96	85,28
Conselho Fiscal:	79,41	80,00	79,73

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

<b>Exercício Social</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>2013</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2014</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2015</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

**Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

Alguns Conselheiros Fiscais e de Administração da Cemig têm vínculo de trabalho, seja como empregado ou funcionário público, com outras sociedades ou entidades públicas, bem como atuam como membros de outros Conselhos Fiscais e de Administração em empresas ou entidades de controle direto ou indireto pelo acionista majoritário da Cemig.

Neste sentido, os honorários constantes do item 13.15 do Formulário de Referência tratam dos valores recebidos, por Conselheiros Fiscais e de Administração da Cemig, a título de salários ou vencimentos, pagos pela empresa ou entidade com a qual estes Conselheiros tenham vínculo de trabalho, e, também, a título de remuneração por ocuparem cargos em Conselhos de sociedades controladas ou sob controle comum do acionista majoritário da Cemig.

<b>Exercício Social 2015</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores Diretos e Indiretos	440.369,40	0,00	0,00	440.369,40
Controladas da Cemig	130.036,31	0,00	46.455,89	176.492,20
Sociedades sob Controle Comum	1.167.387,05	0,00	0,00	1.167.387,05

<b>Exercício Social 2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores Diretos e Indiretos	286.725,80	0,00	345.665,84 (*)	606.591,64
Controladas da Cemig	850.711,09	0,00	0,00	800.994,19
Sociedades sob Controle Comum	401.440,60	0,00	206.436,75	607.877,35

A remuneração identificada por (\*) foi recebida a título de aposentadoria.

<b>Exercício Social 2013</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores Diretos e Indiretos	552.566,70	0,00	335.057,86(*)	887.624,56
Controladas da Cemig	791.194,19	0,00	0,00	791.194,19
Sociedades sob Controle Comum	1.351.360,45	0,00	203.293,32	1.554.653,77

A remuneração identificada por (\*) foi recebida a título de aposentadoria.

### 13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.